ALEX SILVA OLIVEIRA

**OS JUÍZES BRASILEIROS NA CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA
INTERNACIONAL E NA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Dr. Wagner Menezes

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO

2019

ALEX SILVA OLIVEIRA

**OS JUÍZES BRASILEIROS NA CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA
INTERNACIONAL E NA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração de Direito Internacional e Comparado, sob a orientação do Professor Associado Dr. Wagner Luiz Menezes Lino.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO

2019

Catálogo da Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Silva Oliveira, Alex
OS JUÍZES BRASILEIROS NA CORTE PERMANENTE DE
JUSTIÇA INTERNACIONAL E NA CORTE INTERNACIONAL DE
JUSTIÇA ; Alex Silva Oliveira ; orientador Wagner
Menezes -- São Paulo, 2019.
735 f
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Internacional) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2019.

1. Direito Internacional Público. 2. Corte
Internacional de Justiça. 3. Juizes Brasileiros. 4.
Jurisprudência Internacional Brasileira. 5.
Fundamento do Direito Internacional. I. Menezes,
Wagner , orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um esforço conjunto de muitas pessoas importantes em minha vida, sem as quais o presente resultado não seria possível. Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais, Luiz Gonzaga de Oliveira e Maria do Carmo Silva Oliveira, que me deram o alicerce material e espiritual, desde sempre, para concluir essa jornada.

Gostaria de agradecer, imensamente, ao meu irmão de sangue e amigo, Ian Silva Oliveira, pelo privilégio de poder compartilhar minha história - não só acadêmica, mas também de vida -, minhas dúvidas teóricas e existenciais durante a pós-graduação e me acolher em momentos de necessidade.

Agradeço ao meu amigo e companheiro, Moisés Gimenes Junior, que, desde o começo desse percurso, esteve ao meu lado e conseguiu me fazer compreender que era necessário aproveitar o caminho ao percorrê-lo.

Agradeço aos meus professores, especialmente, ao meu orientador professor doutor Wagner Menezes e ao professor doutor Vinícius Romanini, por me inspirarem a fazer pesquisa (e, não obstante, esta obra), a viver a docência e a crescer intelectualmente e como ser humano.

Agradeço a todos meus amigos e companheiros de pós-graduação, de maneira especial, Fernanda Biesdorf Bergman, Luciana Coelho, Celso de Oliveira e Leonardo Subtil, que compartilharam momentos e conhecimentos preciosos comigo, em conversas e durante cafés.

Agradeço a toda equipe administrativa da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo que forneceram, direta ou indiretamente, ajuda de infraestrutura para a realização dessa pesquisa.

Dedico este trabalho à minha família, por sua capacidade de acreditar e investir em mim; aos meus amigos, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas; ao professor doutor Wagner Menezes, por seus ensinamentos, paciência e confiança ao longo das supervisões das minhas atividades no mestrado.

*“Venez juges d’autre mer,
À la Haye pendant l’hiver...
Oh! Le superbe tableau!
Succursale du Paradis
Où tous les jours on jouit...
De vingt degrés sous zéro!”*

(Poema de Epitácio Pessoa, escrito em Haia, 24.06.1927)

RESUMO

OLIVEIRA, Alex Silva. **Os Juízes Brasileiros na Corte Permanente de Justiça Internacional e na Corte Internacional de Justiça**. 2019. 735f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

A presente pesquisa trata-se de um estudo sobre as posições ideológicas quanto ao fundamento de Direito Internacional dos juízes brasileiros na Corte Permanente de Justiça Internacional (CPJI) e na Corte Internacional de Justiça (CIJ) e suas principais contribuições teóricas e jurisprudenciais. Esse trabalho tem como objetivo geral destacar quais seriam, nas visões desses juízes brasileiros, seus respectivos entendimentos quanto ao fundamento de Direito Internacional de modo a revelar uma visão latino-americana, tipicamente brasileira, sobre a matéria. Ademais, foi possível entender o procedimento de eleição dos Membros da Corte, apoiar críticas a respeito desse assunto e descrever os perfis jurídico-profissionais desses juízes brasileiros. De acordo com o estudo bibliográfico desenvolvido, é possível mostrar três categorias ideológicas quanto ao fundamento de Direito Internacional para os juízes brasileiros: o positivismo e o consentimento estatal; o jusnaturalismo; e uma posição intermediária entre as duas primeiras categorias. Para o embasamento teórico se utilizou das obras principais desses juízes, a fim de fornecer uma visão doutrinária dos mesmos, dos votos proferidos na CPJI e na CIJ, com a finalidade de destacar os aportes teóricos desenvolvidos em suas doutrinas, por meio da semiótica de Peirce, de documentos internacionais e de obras literárias de outros autores sobre os diversos assuntos tratados nesse trabalho. Os métodos utilizados neste trabalho foram o dedutivo, histórico, descritivo, o psicológico analítico junguiano e semiótico peirciano. Por fim, a pesquisa constatou que Eptácio Pessoa, José Philadelpho de Barros e Azevedo, José Sette-Câmara Filho e José Francisco Rezek fazem parte da categoria positivista voluntarista estatal; em antagonismo a essa categoria, está Augusto Cançado Trindade, adepto ao jusnaturalismo; e, em uma posição intermediária mais próxima do jusnaturalismo, está Levi Fernandes Carneiro.

Palavras-Chave: Fundamento do Direito Internacional. Juízes Brasileiros. Corte Internacional de Justiça. Jurisprudência Internacional Brasileira. Doutrina Internacional Brasileira.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Alex Silva. **Brazilian Judges in the Permanent Court of International Justice and in the International Court of Justice**. 2019. 735p. Degree (Master). Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

The present research concerns the ideological positions of Brazilian judges, as Members of Permanent Court of International Justice (CPIJ) and of the International Court of Justice (ICJ), regarding the foundation of International Law and their main theoretical and jurisprudential contributions. This work has as general objective to highlight what would be, in the perspective of these Brazilian judges, their respective understandings apropos the foundation of International Law in order to reveal a Latin American, typically Brazilian, view on the matter. In addition, it was possible to understand the procedure of the election of the Members of the Court and to support critics about this issue and to describe the juridical-professional profiles of these Brazilian judges. According to the bibliographical study developed, it is conceivable to show three ideological categories with reference to the foundation of International Law by Brazilian judges' ideological position: positivism and state consent; the Natural Law; and an intermediate position between the first two categories. For the theoretical basis, the main works of these judges were used, in order to provide a doctrinal view of them; their votes pronounced in the PCIJ and in the ICJ, with the purpose of stressing the theoretical contributions developed in their doctrines, through the semiotics of Peirce; international documents and other authors' literary works on the various subjects dealt with in this work. The methods employed in this effort were deductive, historical, descriptive, Jungian analytical psychological and Peircean semiotic. Finally, the research found that Eptacio Pessoa, José Philadelpho de Barros and Azevedo, José Sette-Câmara Filho and José Francisco Rezek are part of the positivist voluntarism State category; in antagonism to the first category, there is Augusto Cançado Trindade, adept of Natural Law; and, in an intermediate position much closer to the Natural Law, there is Levi Fernandes Carneiro.

Key-words: Foundations of International Law. Brazilian Judges. International Court of Justice. International Jurisprudence. International Doctrine of Brazil

SUMÁRIO

Tabela de Siglas.....	11
Tabela de Casos.....	15
 INTRODUÇÃO.....	 21
 1. A CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL E A CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA.....	 26
1.1. Contexto Histórico da Evolução da Corte Permanente de Justiça Internacional e da Corte Internacional de Justiça.....	33
1.2. A Influência da Escola Romano Germânica e da Escola Anglo Saxão para a Composição dos Sistemas Jurídicos no Ocidente.....	55
1.3. A Questão da Interpretação Política e da Interpretação Jurídica da Carta da ONU.....	57
1.4. Os Membros da Corte.....	65
1.5. Procedimento de Eleição e Indicação dos Membros.....	73
1.5.1. Procedimento na Assembleia Geral.....	77
1.5.2. Procedimento no Conselho de Segurança.....	79
1.5.3. Sessão e Votação.....	81
1.5.4. Eleições para Preenchimento de Vagas Ocasionais.....	83
1.5.5. O termo inicial do mandato dos Membros da Corte.....	84
1.5.6. Avaliação do Sistema Eleitoral.....	86
 2. OS JUÍZES BRASILEIROS: SUAS TRAJETÓRIAS ACADÊMICAS-PROFISSIONAIS E SUAS CONTRIBUIÇÕES JURÍDICAS-INTERNACIONAIS.....	 95
2.1. Rui Barbosa.....	95
2.2. Epitácio da Silva Pessoa (1924-1930)	99
2.2.1. Epitácio Pessoa e o Código de Direito Internacional: contribuições doutrinárias.....	113
2.3. José Philadelpho de Barros e Azevedo (1946-1951).....	119
2.3.1. Notas sobre o pensamento internacionalista de José Philadelpho de Barros e Azevedo até 1949.....	122
2.4. Levi Fernandes Carneiro (1951-1955)	127

2.4.1. Na Assembleia Nacional Constituinte de 1934.....	128
2.4.2. No mandato parlamentar.....	130
2.4.3. Notas de Percepções Jurídicas de Levi Carneiro na década de 1930 e de 1940.....	133
2.4.4. Notas sobre o pensamento jurídico internacional de Levi Carneiro até 1945.....	137
2.5. José Sette Câmara Filho (1979-1988) – Vice-presidente (1982-1985) - juiz ad hoc no caso da disputa territorial Líbia Árabe Jamahiriya/Chade em 1994.....	143
2.5.1. Notas sobre a perspectiva jurídica de José Sette Câmara Filho nas décadas de 1940 e 1950.....	148
2.6. José Francisco Rezek (1996-2006)	156
2.6.1. Notas sobre o pensamento jurídico internacionalista de José Francisco Rezek a partir da década de 1980 até meados do final do ano 2000.....	162
2.7. Antônio Augusto Cançado Trindade (2009 -) - juiz ad hoc no caso Costa Rica v. Nicarágua sobre direitos de navegação em 2005.....	168
2.7.1. Notas sobre o pensamento jurídico internacionalista de Antônio Augusto Cançado Trindade da década de 1980 até meados do final dos anos 2000.....	172
 3. O SISTEMA SÍGNICO JURÍDICO DE DIREITO INTERNACIONAL.....	186
3.1. Influências no processo de decisão judicial: uma perspectiva transdisciplinar da Psicologia Analítica e da Semiótica.....	187
3.1.1. A Influência Psicológica.....	187
3.1.2. A Influência Semiótica.....	205
3.1.2.1. Teorias Semióticas.....	210
3.1.2.2. Teorias Semióticas baseadas na teoria da comunicação.....	214
3.1.2.2.1. A teoria Semiológica Saussuriana do signo.....	216
3.1.2.2.2. A Teoria Semiótica Greimasiana.....	218
3.1.2.2.3. A Teoria Semiótica de Peirce.....	221
3.1.2.3. O modelo sistêmico sógnico de Direito Internacional.....	250
3.2. O Julgamento, a Interpretação e a Revisão do Julgamento na Corte Internacional de Justiça – Aspectos Procedimentais Gerais.....	264
 4. OS VOTOS DOS JUÍZES BRASILEIROS NA CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL E NA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA: O PENSAMENTO E O FUNDAMENTO DO DIREITO INTERNACIONAL NA ATUAÇÃO JUDICANTE DOS JUÍZES BRASILEIROS.....	269

4.1. Os Votos Proferidos pelos Juízes Brasileiros nas Corte Permanente de Justiça Internacional e da Corte Internacional de Justiça.....	269
4.1.1. Epitácio da Silva Pessôa (1924-1930).....	269
4.1.2. José Philadelpho de Barros e Azevedo (1946-1951).....	286
4.1.3. Levi Fernandes Carneiro (1951-1955).....	347
4.1.4. José Sette Câmara Filho (1979-1988) – Vice-presidente (1982-1985) - juiz ad hoc no caso da disputa territorial Líbia Árabe Jamahiriya/Chade em 1994.....	380
4.1.5. José Francisco Rezek (1996-2006).....	418
4.1.6. Antônio Augusto Cançado Trindade (2009 -) - juiz ad hoc no caso Costa Rica v. Nicarágua sobre direitos de navegação em 2005.....	451
 CONCLUSÃO.....	 672
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 684
 ANEXOS.....	 731

TABELA DE SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
BIOT	Território Britânico do Oceano Índico
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CARU	Comissão Administrativa do Rio Uruguai
CAT	Convenção das Nações Unidas contra a Tortura
CBD	Convenção sobre Diversidade Biológica
CDI	Comissão de Direito Internacional
CENDEC	Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico
CERD	Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial
CGTB	Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil
CEDH	Corte Europeia de Direitos Humanos
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
CMS	Convenção sobre Espécies Migratórias
Codeno	Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste
Copredal	Comissão Preparatória para a Desnuclearização da América Latina
CP	Collected Papers
CPA	Corte Permanente de Arbitragem

CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPJI	Corte Permanente de Justiça Internacional
CTBT	Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares
CW	Collected Works
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
DIDH	Direito Internacional dos Direitos Humanos
DIH	Direito Internacional Humanitário
DIP	Direito Internacional Penal
DIR	Direito Internacional dos Refugiados
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMRO	Escritório Regional do Mediterrâneo Oriental
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
GAOR	General Assembly Official Records
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
ICRW	Convenção Internacional sobre a Regulamentação da Pesca da Baleia
IGN	Instituto Geográfico Nacional da França
ILOAT	Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho
IMIs	Militares Italianos Internos
IRB	Instituto Rio Branco
IWC	Comissão Internacional da Baleia
JARPA	Programa de Pesquisa Japonesa de baleia sob Autorização Especial no Antártico

MS	Manuscritos
NNWS	Estados Não Armados Nuclearmente
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
NU	Nações Unidas
NWS	Estados com Armas Nucleares
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIs	Organizações Internacionais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PCB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRM	Partido Republicano Mineiro
PRP	Partido Republicano Paulista
PRR	Partido Republicano Rio-grandense
PSD	Partido Social Democrático
RDC	República Democrática do Congo
RFI	República Federativa da Iugoslávia
RSFI	República Socialista Federal da Iugoslávia

STF	Supremo Tribunal Federal
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TIAI	Tribunal Internacional para a Antiga Iugoslávia
TNP	Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares
TPI	Tribunal Penal Internacional
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNAT	Tribunal Administrativo das Nações Unidas
UnB	Universidade de Brasília
UNCIO	Conferência das Nações Unidas sobre a Organização Internacional
UNCLOS	Convenção da ONU de 1982 sobre o Direito do Mar
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

TABELA DE CASOS

Admissão de um Estado como Membro das Nações Unidas - Artigo 4º da Carta da ONU, CIJ, 1948... 286-294

Aerial Incident of 27 July 1955, CIJ, 1959... 52, 65

Ahmadou Saio Diallo (República da Guiné v. República Democrática do Congo, CIJ, 2007... 452-468, 544, 611, 613, 616-619

Alta Silésia, CPII, 1925... 270, 279, 281, 286, 637,

Ambatielos, CIJ, 1953... 63, 347-352, 344, 352, 361,

Antártica (Austrália v. Japão: Nova Zelândia interventora), CIJ, 2014... 579-591

Aplicação da Convenção de 1902 sobre a Tutela dos Bebés (Países Baixos versus Suécia, CIJ, 1958... 544

Aplicação da Convenção sobre Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v Iugoslávia), CIJ, 1993-2007... 29, 447-451, 544, 609

Application for Revision and Interpretation, CIJ, 1985... 63-64

Apreensão e Detenção de Certos Documentos e Informações (Timor-Leste v. Austrália, CIJ, 2014... 569-579

Arbitral Award of 31 July 1989, CIJ, 1991... 64

Asilo Político – *Asylum* (Colômbia v. Peru), CIJ, 1950... 265, 331-347, 393

Atividades Armadas no Território do Congo (D.R. Congo versus Uganda), CIJ, 2000... 527, 542, 589 -591, 599

Atividades Paramilitares na Nicarágua (Nicarágua v. EUA), CIJ, 1991... 50, 65, 626, 630

Avena (México v. Estados Unidos), CIJ, 2004... 456, 473, 544

Barcelona Traction, CIJ, 1970... 49, 625

Blake v. Guatemala, Corte Interamericana de Derechos Humanos, 1996... 458

Breard (Convenção de Viena sobre Relações Consulares – Paraguai v. EUA), CIJ, 1998... 473, 544

Cantoral Benavides v. Peru, Corte Interamericana de Derechos Humanos, 2000... 475

Carthage e Manouba, Corte Permanente de Arbitragem, 1913... 42

Certain Criminal Proceedings in France, CIJ, 2003... 52

Certas Atividades Realizadas pela Nicarágua na Área de Fronteira e da Construção de uma Estrada na Costa Rica ao longo do Rio San Juan, CIJ, 2013... 572, 576, 603-622, 627, 630

Certas Despesas, CIJ, 1962... 165, 178, 382

Certas Propriedades (Liechtenstein v. Alemanha), CIJ, 2005... 637

Chorzów Factory, CPJI, 1927... 62, 265, 270, 382, 464, 637

Companhia Petrolífera Anglo-iraniana, CIJ, 1952... 352-3362

Competência da Assembleia Geral para Admissão de um Estado nas Nações Unidas, CIJ, 1950... 311-316, 376

Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni contra a Nicarágua, Corte Interamericana de Derechos Humanos, 2001... 584

Concessões Palestinas Mavrommatis, CPJI, 1924... 154, 270-275, 281, 286, 347, 635, 637

Consequências Jurídicas da separação do Arquipélago Chagos de Maurício em 1965, CIJ, 2019... 656-671

Convenção de Prevenção e Repressão de Crime de Genocídio, CIJ, 2015... 591-603

Convenção Internacional de Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (Geórgia v. Federação Russa), CIJ, 2011... 522-537, 544, 611

Corfu Channel, CIJ, 1946... 48, 52, 58, 63, 294-308, 371, 489

Customs Régime between Germany and Austria, CPJI Ser A/B 41, 1931... 48

Declaração Unilateral de Independência do Kosovo, CIJ, 2010... 497-506, 544

Decretos de Nacionalidade em Túnis e Marrocos, CPJI, 1923... 321

Delimitation of the Maritime Boundary in the Gulf of Maine Area, CIJ, 1981... 51, 61, 66, 400

Diferença Relativa à Imunidade de Processo Jurídico de um Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos, CIJ, 1999... 423-425

Direito à Informação sobre a Assistência Consular no Marco das Garantias do Devido Processo Legal, Corte Interamericana de Direitos Humanos, 1999... 456, 467, 584

Disputa de Fronteiras (Burkina Faso/República do Mali), CIJ, 1986... 415, 417

Disputa Fronteiriça (Burkina Faso/ Níger), CIJ, 2013... 561-569

Disputa Marítima (Peru v. Chile), CIJ, 2014... 630, 632

Disputa Territorial – Líbia Árabe Jamahiriya/Chade, CIJ, 1994... 407-417

Disputa Territorial e Marítima (Nicarágua versus Colômbia), CIJ, 2013... 451, 630

Disputa Territorial e Marítima entre a Nicarágua e Honduras no Mar do Caribe, CIJ, 2007... 629-630

Electricity Company of Sofia, CPJI, 1939... 61

Empréstimos brasileiros contraídos na França, CPJI, 1929... 275-286

Fisheries, CIJ, 1950... 62

Fronteiras e Ações Transfronteiriças Armadas (Nicarágua v. Honduras), CIJ, 1988... 629

Ilha Kasikili/Sedudu – Botsuana v. Namíbia, CIJ, 1999... 425-432

Imunidades Jurisdicionais do Estado (Alemanha versus Itália), CIJ, 2010... 544, 547-561

Interpretação de Tratados de Paz com a Bulgária, Hungria e Romênia, CIJ, 1950... 316-331

Interpretação do Acordo de 25 de março de 1951 entre a Organização Mundial da Saúde e o Egito, CIJ, 1980... 381-390

Interpretação do Artigo 3º, parágrafo 2º do Tratado de Lausanne (Caso Mosul), CPJI, 1925... 318

Jaworzina, CPJI, 1923... 264

Julgamento dos Prisioneiros de Guerra do Paquistão (Paquistão versus Índia), CIJ 1973... 544

Julgamento nº 2867 do Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho sobre uma Reclamação arquivada contra o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura, CIJ, 2012... 462, 482, 538-547

Julgamentos do Tribunal Administrativo da OIT sobre Reclamações Feitas contra a UNESCO, CIJ, 1956... 541

LaGrand (Alemanha contra Estados Unidos), CIJ, 2001... 456, 473, 544, 609-610

Land and Maritime Boundary between Cameroon and Nigeria, CIJ, 1999... 268, 441-447, 544, 611, 626, 636

Legalidade de Uso da Força (Legality of Use of Force), CIJ, 2004... 65

Lockerbie – Líbia Árabe Jamahiriya v. Reino Unido/ Líbia Árabe Jamahiriya v. Estados Unidos, CIJ, 1998... 418-425, 626, 630

Loizidou versus Turquia, Corte Europeia de Direitos Humanos, 1995... 584

Lotus, PCIJ, 1927... 173

Maritza Urrutia v. Guatemala, Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2003... 475

Massacre of Plan de Sánchez, Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2004... 458

Minquiers e Ecrehos, CIJ, 1953... 362-371

Navegação e direitos conexos (Costa Rica versus Nicarágua), CIJ, 2009... 567, 629

Northern Cameroons, CIJ, 1963... 64

Nottenbohm (Liechtenstein v Guatemala), CIJ, 1953... 26, 61-62, 544

Obrigações em Negociar Acesso ao Oceano Pacífico (Bolívia v. Chile), CIJ, 2018... 622-633

Obrigações de Processar ou Extraditar (Bélgica v. Senegal), CIJ, 2009... 468-485, 544, 572, 576, 611

Obrigações sobre as Negociações relativas à Cessação da Corrida Nuclear Armamentista e do Desarmamento Nuclear (Ilhas Marshall v. Índia / Ilhas Marshall v. Paquistão / Ilhas Marshall v. Reino Unido, CIJ, 2016... 633-656

Opinião Consultiva sobre a Namíbia, CIJ, 1971... 584

Ordem de Prisão de 11 de abril de 2000 – República Democrática do Congo v. Bélgica, CIJ, 2000... 432-451

Ouro Monetário Removido de Roma em 1943, CIJ, 1954... 175, 371-376, 393

Pedido de revisão do julgamento de 11 de setembro de 1992 no caso relativo à Disputa de fronteira territorial, de ilha e marítima (El Salvador v. Honduras), CIJ, 2002... 267

Phosphate Lands in Nauru, CIJ, 1992... 63

Plataforma Continental - Líbia Árabe Jamahiriya/Malta, CIJ, 1984... 390-407

Plataforma Continental – Tunísia/Líbia Árabe Jamahiriya, CIJ 1981... 393, 399-400

Polish Agrarian Reform, CPJI, 1933... 62

Projeto Gabčíkovo-Nagymaros (Hungria versus Eslováquia), CIJ, 1997... 584

Promotora v. Furundzija, Tribunal Internacional para a Antiga Iugoslávia (TIAI), 1998... 475

Reparação por Danos Sofridos à Serviço das Nações Unidas, CIJ, 1949... 308-311

Revisão da sentença nº 158 do Tribunal Administrativo das Nações Unidas, CIJ, 1973... 541

Revisão da sentença nº 273 do Tribunal Administrativo das Nações Unidas, CIJ, 1982, 541

Revisão da sentença nº 333 do Tribunal Administrativo das Nações Unidas, CIJ, 1987...541

Saara Ocidental, CIJ, 1975... 409, 502

Sentenças de Compensação feitas pelo Tribunal Administrativo das Nações Unidas, CIJ, 1954... 376-380, 541

South West Africa, CIJ, 1966...49

Sovereignty over the Island of Palmas, Corte Permanente de Arbitragem, 1928... 42

Supostas violações de direitos soberanos e Espaços Marítimos no Mar do Caribe, CIJ, 2018... 637

Teerã (Estados Unidos versus Irã), CIJ, 1980... 544, 609

Templo de Preah Vihear (Cambódia v. Tailândia), CIJ, 2011... 506-522, 544, 567

Testes Nucleares (pedido de intervenção Ilhas Fiji), CIJ, 1974...393

Testes Nucleares, Nova Zelândia v. França, CIJ, 1995... 491

Tibi v. Equador, Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2004... 481

Timor Frontiers, Corte Permanente de Arbitragem, 1914... 42

Timor-Leste (Portugal v. Austrália), CIJ, 1995... 544

Treaty of Neuilly, CPJI, 1924... 265

Tyrer versus Reino Unido, Corte Europeia de Direitos Humanos, 1978... 584

Usina de Papel no Rio Uruguai (Argentina v. Uruguai), CIJ, 2010... 485-497, 586, 614, 626, 630, 654

Vernava e Outros v. Turquia, Câmara da Corte Europeia, 2009... 458

Wimbledon, CPJI, 1923... 279, 281, 286, 392

INTRODUÇÃO

Desde a criação da Corte Permanente de Justiça Internacional até a contemporânea Corte Internacional de Justiça, houve a presença brasileira na composição dos Membros desse tribunal internacional. Mais do que presença, os juízes brasileiros compuseram importante papel contributivo na jurisprudência internacional, por excelência, fonte do Direito Internacional, a partir de um olhar latino-americano, precipuamente brasileiro, dentro do contexto histórico, social, teórico e internacional de seu tempo.

Além de suas participações na CPJI e na CIJ, os juízes brasileiros tiveram posições, embora muitas vezes não devidamente reconhecidas, de vanguarda na doutrina internacional - e isso é pormenorizado neste trabalho -, que compõe um mosaico tipicamente brasileiro a respeito das lições e dos aprendizados de direito internacional prelecionados por esses juristas renomados, seja por meio de seus artigos ou textos acadêmicos quanto por seus livros sobre a matéria.

Diante deste panorama, devido, justamente, à ausência de um estudo evolutivo e comparativo com relação a essas contribuições jurisprudenciais e doutrinárias dos juízes brasileiros, retratados neste trabalho, no que tange ao pensamento sobre o fundamento do Direito Internacional e seus principais posicionamentos sobre esse ramo do direito, a presente dissertação se justifica.

A fim de cumprir com essa finalidade serão utilizados o método histórico e o método dedutivo para recompor esse desenvolvimento da construção teórica e jurisprudencial nos votos elaborados pelos juízes brasileiros e em suas obras basilares sobre Direito Internacional. Assim, aspira-se preencher essa lacuna jurídica e literária, cara para os estudos brasileiros na área.

Ambiciona-se fornecer, em uma única obra, aos estudiosos de Direito Internacional, os principais aspectos jurídicos que gravitam as posições ideológico-normativas dos juízes brasileiros Membros da Corte Permanente de Justiça Internacional e da Corte Internacional de Justiça, tanto no aspecto doutrinário quanto na configuração jurisprudencial. Trazer, para o centro de discussões, o fundamento de Direito Internacional e os seus reflexos jurídico-

conceituais sob a ótica brasileira é mostrar que existe uma raiz ideológica sistêmica geradora de uma cadeia sógnico-jurídica interdependente.

Mais do que uma abstração, o fundamento de Direito Internacional, presente nos textos doutrinários e nas sentenças judiciais, orchestra a aplicação e a interpretação do Direito Internacional, como se vislumbrará nesta obra, mediante a apreciação apurada dos votos dos juízes brasileiros presentes na CPJI e na CIJ. Isto posto, seu estudo é pertinente diante das consequências teóricas e práticas que provoca no campo do Direito Internacional, tornando-se indispensável na pesquisa acadêmico-jurídica.

Ademais, o leitor terá acesso, de maneira objetiva e temporalmente evolutiva, às teorias desses expressivos autores e juízes brasileiros bem como ao conteúdo fático de casos fundamentais da CPJI e da CIJ e da visão dos juízes brasileiros a respeito desses casos por intermédio do exame semiótico peirciano. Destarte, objetiva-se, neste trabalho, que o leitor, em seus estudos de Direito Internacional, utilize essa investigação interdisciplinar inovadora como ferramenta referencial teórico-prática em seus próprios projetos acadêmicos.

Como poderá ser evidenciado, no bojo desta pesquisa proposta, admite-se, como premissa geral, que há um posicionamento ideológico basilar identificável e classificável dos juízes brasileiros, na Corte Permanente de Justiça Internacional e na Corte Internacional de Justiça, sobre o fundamento de Direito Internacional, capaz de influenciar suas sentenças e suas obras literárias, por meio da análise doutrinária e jurisprudencial-semiótica.

Para comprovar essa premissa e atingir este propósito literário-jurídico-doutrinário, este trabalho terá o intuito de responder os seguintes questionamentos: a) por quais meios acontece o sistema de eleição dos Membros da Corte? b) qual o percurso jurídico-profissional que cada juiz brasileiro cursou? c) quais os fundamentos de Direito Internacional e contribuições de posicionamentos jurídicos desses juízes brasileiros poderão ser evidenciados tanto nas obras quanto em seus votos? d) quais as aproximações ideológicas que são possíveis de estabelecer entre esses juízes? e) quais as diferenças de pensamento entre esses juristas?

Os magistrados brasileiros que serão analisados são Epitácio da Silva Pessoa (1924-1930); José Philadelpho de Barros e Azevedo (1946-1951); Levi Fernandes Carneiro (1951-1955); José Sette Câmara Filho (1979-1988) – Vice-presidente (1982-1985) (juiz *ad hoc* no caso da disputa

territorial Jamahiriya/Chade Líbia Árabe em 1994); José Francisco Rezek (1996-2006) e Antônio Augusto Cançado Trindade (2009-) (juiz *ad hoc* no caso Costa Rica v. Nicarágua sobre direitos de navegação em 2005). Serão selecionados apenas os casos em que houve efetivamente julgamento – seja de questões preliminares ou de mérito – e em que o juiz brasileiro estava presente, ou seja, os casos em que ocorreu apenas descontinuidade do litígio ou emissão de ordens, não serão alvos de análise desse trabalho – com exceção do caso Timor-Leste v. Austrália de 2015 que não teve julgamento, mas, na seção referente às ordens, o juiz brasileiro, que estava presente, pronuncia suas opiniões em separado e são qualitativamente analisadas.

O método que será utilizado encontrará respaldo no historicismo jurídico, a partir do qual pode-se identificar uma distinção dos juristas históricos em uma Escola Histórica Alemã, cujo método é filosófico (na verdade, muitas vezes metafísica) e histórico, e uma Escola Histórica Inglesa, cujo método é comparativo e histórico. A Escola Histórica Alemã surgiu em um país dominado por métodos filosóficos e num momento em que a escola metafísica estava em seu apogeu. Por isso, seus métodos eram filosóficos, bem como históricos. É importante ressaltar que não se pode confundir o método histórico, que será empregado nesta obra, com a Escola Histórica. A História é usada como ferramenta contextualizadora e ela é associada a outros métodos, como, por exemplo, o dedutivo e o semiótico peirciano.

No primeiro capítulo, por meio da revisão bibliográfica, será possível estabelecer a evolução, por uma ótica procedimental, histórica e jurídica, da Corte Permanente de Justiça Internacional até sua sucessão na Corte Internacional de Justiça que se perpetua até os dias atuais. Em um segundo momento deste capítulo, será descrito o procedimento eleitoral em que são determinados os critérios de indicação do juiz à Corte (CPJI e depois CIJ), convidando o leitor a uma reflexão crítica a respeito dos critérios eleitorais adotados por este tribunal internacional.

No segundo capítulo, serão descritas, para cada juiz brasileiro, sua biografia jurídica-profissional, com a finalidade de revelar ao leitor a origem e a trajetória, tanto acadêmica quanto profissional, bem como as suas contribuições doutrinárias no Direito Internacional, por meio da análise das principais obras ou artigos acadêmicos de Direito Internacional, com o intuito de detectar a área de estudo principal, pesquisa, atuação profissional e posicionamentos ideológicos de Direito e de Direito Internacional. Neste capítulo, o leitor poderá compreender as raízes

acadêmico-profissionais desses juízes, seus principais posicionamentos jurídicos e relacionar com os impactos dessas ideias nos julgamentos realizados por esses magistrados brasileiros.

Em um terceiro capítulo será estabelecido dois critérios analíticos pouco difundidos na observação da atuação judicante desses juízes brasileiros na Corte Internacional de Justiça: a psicologia analítica (vertente junguiana) e a aplicação da semiótica de Peirce, para fornecer um método mais apurado e capaz de enxergar o Direito (e, não obstante, o Direito Internacional) como fenômeno comunicativo em sua dimensão dinâmica e evolutiva nos votos dos juízes brasileiros, alvo do quarto e derradeiro capítulo.

No último capítulo, dentro do recorte temático de votos mencionado, o leitor terá a oportunidade de observar um estudo sinóptico dos fatos dos casos, uma apresentação do voto do juiz brasileiro referente ao caso e, por fim, uma investigação semiótica do voto proferido, destacando, nesta perspectiva metodológica proposta e inovadora, as contribuições do entendimento do juiz brasileiro ao Direito Internacional.

Destaca-se ainda que a interdisciplinaridade será um requisito obrigatório nessa temática e uma recente tendência na teoria do conhecimento devido à modernidade, possibilitando que, na produção do saber, não incida nem no radical cientificismo formalista (objetivismo), nem no humanismo exagerado (subjetivismo).

Diante das questões apresentadas e longe de fornecer um cobiçoso esgotamento do tema devido, justamente, à plethora de vieses de abordagem sobre a temática, o presente trabalho tem a pretensão de congregar, dessa forma, uma visão interdisciplinar a respeito do assunto, que não possui ainda literatura específica, e é de suma relevância seu estudo e detalhamento a tornar imperiosa a superação lacunosa desse tipo de pesquisa empírica e científica na área jurídica. Logo, identificar-se-á as categorias ideológicas de cada juiz brasileiro, relacionando-as com a visão doutrinária de cada juiz brasileiro e seus reflexos na produção literária-jurídica e jurisprudencial da Corte Mundial.

A presente obra investigativa busca, desta maneira, valorizar o trabalho dos juízes brasileiros no quadro da Corte Internacional de Justiça, em um momento em que se vive uma verdadeira “era dos Tribunais” no Direito Internacional. A análise dos votos e de suas concepções é fundamental para a difusão do entendimento sobre as concepções jurídicas

brasileiras na Corte Internacional de Justiça, como expressão de nossa concepção jurídica e doutrinária.

CONCLUSÃO

Por recurso ao perfil de atuação do juiz internacional brasileiro, estabeleceu-se um diagnóstico do Direito Internacional por uma perspectiva genuinamente latino-americana e, não obstante, brasileira a respeito dessa matéria de Direito que, por muito tempo, foi monopólio europeu. Contemporaneamente, percebe-se que esse paradigma eurocêntrico está ultrapassado - e este trabalho é prova indiscutível disso.

O Direito Internacional sofreu, e ainda sofre, importantes influências brasileiras na sua formação, por mais que essa posição seja subvertida ou olhada com desprezo e rechaçada, muitas vezes, por parte da doutrina estrangeira. Negligenciou-se mais de quarenta anos de atuação judicante brasileira no principal órgão judicial das Nações Unidas. Este trabalho, em suma, visou ao resgate de memória e de valorização contributiva desses juízes brasileiros. Ele mostrou seus posicionamentos ideológicos de vanguarda e que muitas vezes contrariavam a maioria dos Membros da Corte – e se não contrariavam, ofereciam uma razão operativa de pensar o Direito e o Direito Internacional de maneira, por vezes, completamente distinta. Tem-se segurança que uma grande contribuição a uma lacuna existente foi suprida. Há, de fato, um pensamento de fundamento de Direito Internacional tipicamente brasileiro caracterizado nas posições ideológicas dos juízes internacionais brasileiros.

Desde o primeiro capítulo, constatou-se como o protagonismo brasileiro, no cenário internacional, foi fundamental desde os primórdios da criação da Corte Permanente de Justiça Internacional, por meio das Conferências da Paz de Haia de 1899 e 1907. Foi observável também que a prática diplomática brasileira se confundia com a própria inserção das normas internacionais (ou, no vocabulário adotado a partir do terceiro e quarto capítulo, signo jurídico de direito internacional), como perceptível pela atuação memorável e única do ex-juiz brasileiro da Corte Permanente de Justiça Internacional, Rui Barbosa (e de Epitácio Pessoa também), na Conferência da Paz de Haia de 1907 com a discussão da igualdade soberana dos Estados – muito embora Rui Barbosa não tenha proferido nenhum voto durante seu período curtíssimo como juiz internacional, como referenciado no segundo capítulo, neste episódio da Conferência de 1907, ele mostrou, justamente, o valor intelectual brasileiro ao inverter o olhar estrangeiro sobre o Brasil, que via a nação brasileira como submissa às vontades das Grandes Potências no cenário internacional, até então.

Ainda no primeiro capítulo, pelos aspectos procedimentais trabalhados com relação ao sistema de eleição dos Membros da Corte, pairou a crítica inevitável de um sistema eleitoral que não protege a independência dos juízes e muito menos assegura a eleição dos candidatos mais bem qualificados, em que a impregnação política é latente e a representatividade na composição de seus Membros é ainda digna de nota. Com relação a este último aspecto, cabe ressaltar que houve uma diminuição acentuada no número de juízes europeus, que conduz a um prognóstico positivo quanto à representatividade (esse processo se deu com o aumento da participação do continente americano e, principalmente, da inserção do continente africano). O Tribunal é menos homogêneo do ponto de vista da representação dos sistemas jurídicos, mas medidas para garantir qualidade e representatividade dos indicados para composição da Corte Internacional de Justiça são imperiosas.

No segundo capítulo, foi capaz, pela via doutrinária, deduzir qual seria o fundamento de Direito Internacional defendido por cada um dos juízes brasileiros bem como entender sua trajetória profissional jurídica-acadêmica. Em Eptácio Pessoa, verificou-se a aptidão política (senador e presidente da República) e jurídica (ao ocupar cargos da advocacia, da procuradoria da república e ministro do STF) do paraibano. A contribuição doutrinária de Eptácio Pessoa para o Direito Internacional estava na criação de um código de Direito Internacional, em que se procurou harmonizar os trabalhos concluídos pelos Estados Americanos entre si e com as convenções assinadas nas conferências americanas e nas de Haia, acrescentando-lhes as modificações que lhe pareceram dignas de figurar entre os preceitos positivos do Direito Internacional, com inovações sobre o tema da responsabilidade do Estado, imunidade (pioneiro ao tratar desse assunto), solução de controvérsias, a abordagem bandeirante dos direitos humanos na esfera internacional, a opção de nacionalidade à mulher casada sem necessitar do consentimento do marido, entre outros temas importantes na esfera nacional e internacional que influenciaram outros trabalhos, como a Convenção de Havana sobre Tratados de 1928, cujo texto, ainda está em vigor.

O carioca José Philadelpho de Barros e Azevedo trilhou um percurso acadêmico, ocupando cargos universitários, e partícipe ativo da classe dos advogados. Exerceu a magistratura no STF e de procurador-geral do antigo Distrito Federal, bem como de prefeito da mesma unidade. No que tange ao seu posicionamento jurídico quanto ao Direito Internacional, ele deixou claro que haveria uma preeminência do Direito Internacional sobre a ordem jurídica interna (ou sistema sîgnico jurídico interno). Isso poderia ser notado no

âmbito dos tratados, já que o Estado pactuante deveria observar a incorporação tanto da norma internacional pactuada na ordem interna quanto sua interpretação e aplicação, no momento em que pactuaram o tratado. Caso isso não fosse possível, o Estado deveria denunciar o acordo. Ele enxergava uma hierarquia de fontes de Direito Internacional e afirmou que a hermenêutica no Direito Internacional estaria à cargo da CIJ. Ficou evidenciada sua posição de vanguarda no que diz respeito ao acesso do indivíduo às Cortes do mundo: a corrente que reconhecia o indivíduo, sem intermédio, na esfera internacional era irreversível.

O carioca Levi Fernandes Carneiro, que teve importante participação na delegação brasileira na Conferência Internacional de Jurisconsultos de 1912 e presença política na era getulista de 1930 ao ocupar o cargo de consultor-geral da República e, posteriormente, na Assembleia Nacional Constituinte de 1934 (nessa época, tomou posse do cargo de deputado), chegou a ocupar a presidência da Ordem dos Advogados do Brasil. Quanto ao seu pensamento jurídico, analisou-se sua preocupação com a finalidade mais social do direito na proteção dos interesses sociais através dos direitos individuais. O fim, na percepção de Levi Carneiro, do direito era o interesse geral, não apenas de ordem material, mas também de ordem moral. O Estado deveria servir como instrumento dessas aspirações do Direito e não se focar em si mesmo. Desta maneira, Levi Carneiro inseriu sua ideia de que o Estado deveria realizar o “espírito jurídico da vida”. A moralidade compartilhava espaço com o Direito e corporificava deveres ao conceito de justiça – desta maneira o direito positivo tornava palpável as determinações de ordem puramente moral. No bojo dos estudos de Levi Carneiro sobre o Direito Internacional, o Direito Natural, como princípio de ordem moral, seria seu fundamento inquebrantável. Para ele, o indivíduo era sujeito de Direito Internacional (e a democracia teria um papel proeminente nessa retomada teórica) e os princípios (ou signos principiológicos) - como de não intervenção, da soberania não absoluta, igualdade jurídica dos Estados e da solidariedade (trabalhada, posteriormente, por José Sette-Câmara Filho e por Antônio Augusto Cançado Trindade) - eram basilares na ordem jurídica de Direito Internacional (ou sistema sêmico jurídico de Direito Internacional).

Por sua vez, o mineiro José Sette-Câmara Filho percorreu um caminho profissional empenhado na diplomacia. Durante sua trajetória, teve a possibilidade de se tornar mestre em direito civil pela Universidade McGill. Participou da delegação brasileira na ONU e foi nomeado secretário do chefe do Gabinete Civil do presidente Getúlio Vargas. Ocupou

também cargos no poder executivo, como de prefeito e governador do distrito federal. Pelas obras escritas, Sette-Câmara se aproximava muito da doutrina positivista e repelia ideias sociais defendidas pelo juiz brasileiro que o precedeu. Sette-Câmara era adepto do posicionamento ideológico jurídico kelsiano. Para ele, haveria uma identidade do Estado com o Direito, aquele como uma personificação antropomórfica deste. O Direito só poderia ser trabalhado pelo método jurídico. O direito positivo, a ordem jurídica internacional, tanto quanto as ordens jurídicas nacionais, era, para ele, um sistema jurídico único e universal. Era a constatação de sua concepção monista do Direito. Não enxergava o indivíduo como sujeito de Direito Internacional; mas não descartava tal possibilidade: ele poderia vir a ser no momento que existissem cortes internacionais, perante as quais pudessem aparecer como queixosos. Sette-Câmara defendia uma posição vanguardista da teoria da intervenção humanitária que, para ser legítima, precisaria ser fundamentada nas leis da humanidade, entendidas como preceitos jurídicos (porém, inexistiria direitos do homem internacionalmente reconhecidos). Com relação ao princípio da solidariedade no Direito Internacional, por não haver uma definição desse princípio, seria um conceito vago e juridicamente vazio, uma vez que derivaria de valores morais e religiosos.

A origem profissional-acadêmica do mineiro José Francisco Rezek remonta à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde bacharelou-se e exerceu a docência de direito internacional público e relações internacionais. Realizou seu doutorado na Faculdade de Direito da Universidade de Paris e o pós-doutorado na Universidade de Oxford. Lecionou também na Universidade de Brasília, em direito internacional público e direito constitucional e na célebre Academia de Direito Internacional em Haia, em 1986, onde ministrou Direito Comparado e Direito Internacional em Matéria de Nacionalidade. Ocupou cargos jurídicos relevantes, como de procurador da República, de ministro do STF, de presidente do Tribunal Superior Eleitoral e de ministro das relações exteriores. Um posicionamento importante defendido por Rezek dizia respeito à fragilidade operacional das regras puramente costumeiras, já que destacava sua imprecisão como atributo de modo que o tratado seria o único instrumento capaz de fornecer segurança jurídica se confrontado com outras fontes. A jurisprudência e a doutrina não seriam formas de expressão do Direito, mas uma maneira de conformar sua correta exegese; e a analogia seria um método de raciocínio jurídico. O juiz seria mero aplicador da norma e não participaria na ação legiferante de normas. Portanto, as únicas fontes consideradas seriam os tratados, os costumes, os princípios gerais, certos atos unilaterais e as decisões de organizações internacionais. Outro

ponto importante é com relação aos sujeitos de Direito Internacional: os indivíduos não fariam parte deste rol e a personalidade jurídica das Organizações Internacionais seria derivada, pois foram fundadas no consenso dos Estados e serviriam a eles como instrumento de coordenação a fim de superarem desequilíbrios e insuficiências. Em suma, os sujeitos de Direito Internacional para Rezek seriam apenas os Estados e as Organizações Internacionais e o Direito Internacional estaria fundado no consentimento estatal.

Por fim, o mineiro Antônio Augusto Cançado Trindade teve um percurso acadêmico com mestrado e doutorado na Universidade de Cambridge. Lecionou em importantes instituições de ensino superior como a Universidade de Brasília, e no Instituto Rio Branco. Ministrou também curso na prestigiada Academia de Haia de Direito Internacional. Ocupou o cargo de presidente na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Atuou como consultor jurídico do Ministério das Relações Exteriores e como especialista nas Nações Unidas. Quanto ao seu pensamento de Direito Internacional, ele reforçou a posição do ser humano, por meio da *recta ratio* – que concebe o ser humano como um ser social, racional e dotado de dignidade intrínseca –, no centro gravitacional de todo o Direito, e não obstante do próprio Direito Internacional, em busca da Justiça, declarando que o paradigma interestatal era ultrapassado e emergindo um novo *ius gentium* voltado para a humanidade. Ele asseverou a dimensão axiológica dos princípios gerais de direito (ou signos principiológicos jurídicos) no ordenamento jurídico internacional. Outro conceito chave nesta construção teórica foi a de *opinio juris* como um fator da própria formação do Direito Internacional e que daria expressão significativa à “consciência jurídica da comunidade internacional”.

Em uma primeira parte do terceiro capítulo, é explicitado duas categorias de método, que em conjunto, formaram um instrumento eficiente para análise dos votos dos juízes brasileiros da CPJI e da CIJ: a psicologia analítica (junguiana) e a semiótica peirciana. Com relação à primeira categoria, foi estabelecida e defendida a premissa (argumentada no terceiro capítulo) de que, em menor ou maior grau, a sentença proferida pelo órgão jurisdicional traria sempre um aspecto novo, que não estava contido na norma geral, e expressaria, além do raciocínio lógico do juiz, os conteúdos subjetivos do julgador (inclusive a sua intuição emocional, sua criatividade e, principalmente, seu sentimento) que muitas vezes são subestimados, mas que estão presentes no momento do julgamento. Com os conceitos junguianos de inconsciente coletivo e arquétipos (especialmente, no caso dos homens, de *anima*, e no caso das mulheres, do *animus*), foi possível entender que quando o espírito lógico do homem se mostra incapaz de discernir os fatos ocultos em seu

inconsciente, o arquétipo (*anima/animus*) ajuda-o a identificá-los. Essa alteridade forneceria ao Direito a valorização da emoção no ato de decidir (a sentença judicial constitui uma decisão como outra qualquer), sem ser desconsiderada a racionalidade.

Na segunda parte do terceiro capítulo, ao considerar o Direito, e por consequência o Direito Internacional, como um fenômeno comunicativo (em que há a produção de interpretantes que se dão em processos comunicacionais e que foram identificados nos votos dos juízes brasileiros), constatou-se as vantagens e desvantagens metodológicas das diferentes semióticas existentes (Saussure e Greimas) e a escolha pela semiótica peirciana para a análise dos referidos votos, uma vez que ela ofereceu uma desvinculação do psicologismo às relações interpretativas-comunicativas e por ela ter sido uma teoria cognitiva. A partir da identificação dos interpretantes imediatos e das relações sýnicas no quarto capítulo, foi possível entender que a subjetividade não era algo apenas mental, mas uma relação de teias de significações que perpassam todas as cognições. A essas relações sýnicas jurídicas ordenadas foi dado o nome de “sistema sýnico jurídico de Direito Internacional”. Incumbe mencionar que o signo, em sua constante evolução de interpretantes imediatos em busca do interpretante final, tem o atributo da potencialidade de transformar sua significação e, dessa forma, revelar sua potencial dinamicidade que lhe é típica. O Direito Internacional foi mostrado como um produto de semiose, ou na permuta comunicativa entre membros de uma cultura em um contrato social. Logo, evidenciou-se a possibilidade analítica metodológica de se analisar o sistema sýnico jurídico de direito internacional entendida como fenômeno comunicativo fundado na linguagem jurídica, compreendida como produtora de processos de semioses que proporcionam atualizações de significação dentro de um dado contexto espacial e temporal de uma sociedade.

No quarto e último capítulo, foi possibilitado o conhecimento a respeito da evolução jurisprudencial da Corte Internacional de Justiça na proporção da complexificação dos casos ao longo do tempo. Além da diversidade de nuances jurídicas tratadas nesses capítulos, foi verificável a razão operativa do direito em perspectiva evolutiva à medida da análise dos casos concretos perante à Corte, bem como o diálogo entre diferentes tribunais internacionais (perceptível já na CPJI no voto de Epiácio Pessoa no caso dos empréstimos franco-brasileiros), ou seja, o próprio desenvolvimento jurisprudencial se tornou palpável neste trabalho. Em cada voto proferido pelo juiz brasileiro, foi detectável a forma de racionalizar o Direito Internacional e a própria concepção de Direito de tal maneira a contribuir para o próprio incremento da matéria.

Em Eptácio Pessoa, presenciou-se a inexistência de fórmulas pré-concebidas às negociações na seara de Direito Internacional (com a tentativa da solução pacífica de controvérsias) e sua tendência à prevalência teórica fundamentalista da soberania estatal (voto dele no caso *Mavrommatis*).

Em José Philadelpho de Barros e Azevedo, na opinião consultiva sobre a Admissão de um Estado como Membro das Nações Unidas – Artigo 4º da Carta da ONU (1948), ficou evidente que a consonância dos povos estaria acima da soberania dos Estados de forma que o interpretante imediato do sistema sógnico jurídico de Direito Internacional estaria na harmonia internacional; no caso do Canal de Corfu, Azevedo asseverou a evolução da fonte de direito internacional, o costume internacional, a partir da prática reiterada de precedentes (estes não impedindo a formação de novos precedentes, ou seja, há uma constante evolução de interpretantes). Ele afirmou a nova tendência da teoria da responsabilidade, com a incorporação da responsabilidade objetiva no Direito Internacional, e que a jurisdição do juiz internacional estaria lastreada na vontade das partes: haveria uma adstrição do papel do juiz ao consentimento estatal, o que levaria, indiciamente, à leitura de que o fundamento do Direito Internacional para esse juiz brasileiro estaria no consentimento dos Estados manifestado pela *pacta sunt servanda* – enraizado, profundamente, no pensamento privatista -, mesmo que, em alguns momentos, como mostrado, afirmasse que a harmonia dos Estados estaria acima da soberania estatal (este signo “soberania” estaria em relação significativa exclusiva do signo “Estado”, o que, segundo Azevedo, em suas previsões, poderia gerar conflito teórico com as agências especializadas internacionais, como evidenciado no caso *Folke Bernadotte*). Outra contribuição significativa de Azevedo foi no que diz respeito à formação de raiz latino-americana do conteúdo sógnico de “asilo” no caso *Haya de la Torre* e a sua afirmação da existência de uma consciência jurídica – o que implica na vivência de uma semiose jurídica.

Por sua vez, Levi Fernandes Carneiro constrói um sistema sógnico jurídico de Direito Internacional baseado em valores como o afastamento da guerra e a promoção da cooperação internacional em direção a um valor estético do sentido peirciano da solução pacífica de controvérsias. No entanto, ele reforça a presença do signo “consentimento” associado ao sistema sógnico jurídico de Direito Internacional, já que a jurisdição seria derivada dos tratados e da jurisprudência própria da Corte a fim de determinar a extensão de sua jurisdição (caso *Ambatielos*). Houve presença de uma ordenação sógnica, em que os signos principiográficos de “Direito Internacional costumeiro” inspirariam e governariam a criação

do signo “tratado”; eles fluiriam dos “tratados”, da “doutrina” e do “sistema jurídico geral”. Existiria uma relação sistêmica sýnica jurídica de Direito Internacional permeada por esses signos principiológicos. Importante ressaltar a atribuição predicativa de “universalidade” dada por ele à Declaração Universal dos Direitos Humanos (caso da *Companhia Petrolífera Anglo-iraniana*). Esses signos principiológicos estariam na base do direito natural, muito embora ele não acreditasse que o interpretante final do sistema sýnico jurídico de Direito Internacional pudesse estar na Justiça (caso *Minquiers e Ecrehos*). No caso do Ouro Monetário Removido de Roma em 1943, Levi contribuiu com a distinção sýnica do “Tribunal Administrativo” e do “Tribunal” bem como as consequências jurídicas e administrativas oriundas dessa diferenciação.

José Sette-Câmara Filho corroborou para uma análise evolutiva do signo “Direito Internacional” pelo viés normativo; também distinguiu categorias sýnicas de “acordos” (como o “acordo anfitrião” e o “acordo sede”) e estabeleceu que a Organização Internacional poderia decidir sobre a localização da sua sede e a sede de seus comitês regionais e escritórios regionais de forma irrestrita (opinião consultiva relativa à interpretação do Acordo de 25 de março de 1951 entre a Organização Mundial da Saúde e o Egito). Ainda nessa opinião consultiva mencionada, Sette-Câmara indicou que o signo “fundamento de Direito Internacional” estaria repousado na vontade das partes - ele destacou sua visão a respeito da *pacta sunt servanda* como uma regra fundamental do Direito Internacional e demonstrou sua influência kelsiana ao citar a teoria do autor austríaco que considerava a regra aludida como um *Grundnorm* do Direito Internacional, o qual se aplicaria, somente, a tratados em vigor. Ter-se-ia, portanto, como interpretante do signo “fundamento de Direito Internacional”, na visão de Sette-Câmara, a *pacta sunt servanda* (caso *Disputa Territorial – Líbia Árabe Jamahiriya/Chade*). O juiz brasileiro foi enfático quanto à inserção do signo “intervenção”, no processo internacional, pois era um meio legítimo pelo qual as partes, alheios a uma disputa legal, teriam o direito de entrar no processo para defender seus direitos legais ou interesses que pudessem ser prejudicados ou ameaçados pela lei no curso de um processo contencioso (caso da Plataforma Continental - Líbia Árabe Jamahiriya/Malta). Neste caso contencioso da Plataforma Continental, Sette-Câmara delineia a significação dos signos jurídicos relativos ao sistema sýnico jurídico de direito do mar.

José Francisco Rezek no caso *Lockerbie* apresenta o núcleo sýnico jurídico sistemático do Direito Internacional, corporificado na Carta das Nações Unidas, e a Corte Internacional de Justiça seria sua intérprete guardiã de modo a assegurar a primazia da Carta

e os interpretantes resultantes da análise interpretativa – com fundamento da vontade presumida das Nações Unidas -, por meio de semiose, realizada pela CIJ. Na visão de Rezek, haveria um destaque de personalidade da CIJ da ONU, da qual faz parte, e dos Estados-Membros da ONU. Rezek mostrou também que a centralidade legislativa internacional estava na manifestação do signo “Estado”. Alguns signos principiológicos são destacados por Rezek, na opinião consultiva sobre a Diferença Relativa à Imunidade de Processo Jurídico de um Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos, como “boa-fé” e “*effectivité*”. Outro signo principiológico referido é o da “jurisdição universal” (subsidiária e exceção do signo principiológico da “territorialidade do local do crime” e da “defesa de determinados interesses jurídicos”). O juiz brasileiro estabeleceu uma conexão existencial súnica entre “imunidade” e “jurisdição” (caso da *Ordem de Prisão de 11 de abril de 2000 – República Democrática do Congo v. Bélgica*). No caso da Fronteira Territorial e Marítima entre Camarões e Nigéria – Camarões v. Nigéria (Guiné Equatorial Interventora – 2002), Rezek, evidenciou a condição existencial súnica da “jurisdição da Corte” à “vontade estatal” e afirmou que o signo “direito dos tratados” teria uma correspondência súnica existencial com o “consentimento do Estado” parte do tratado.

Nos votos de Antônio Cançado Trindade, constatou-se que o signo “fundamento do direito internacional” estaria atrelado, como na sua doutrina pregoa, à pessoa humana, manifestada pela *recta ratio*, esta fundada no direito natural. Desse pensamento, surgiria o signo principiológico maior: o da “humanidade”, capaz de permear todo o sistema súnico jurídico de Direito Internacional e suas ramificações (“Direito Internacional Humanitário”, “Direito Internacional dos Direitos Humanos” e “Direito Internacional dos Refugiados” nos níveis operacionais e súnicos normativos). Haveria, para esse autor, a superação do antigo paradigma estatal em que a efetivação da proteção da categoria de direitos humanos era, essencialmente, voluntarista. O interpretante final do signo “Estado” seria o serviço à proteção e conhecimento do signo “pessoa humana”. Portanto, o ser humano, nessa perspectiva seria, conjuntamente com os “povos” e a “humanidade”, sujeitos de Direito Internacional e não meros atores internacionais. Outra contribuição significativa nos votos desse juiz brasileiro foi a relação súnica entre “*jus cogens*” e “obrigações *erga omnes*”, de modo que o segundo derivaria da manifestação existencial significativa do primeiro e assumiria duas representações: a horizontalidade (revelada nas relações entre os agentes interestatais) e a verticalidade (revelada nas relações interindividuais). Esses signos, bem como os signos principiológicos (a *prima principia* que dá a dimensão axiológica ao sistema

sígnico jurídico de Direito Internacional), emergiriam da “consciência jurídica universal”, que se corporifica no *corpus juris gentium*, com o interpretante final respaldado na Justiça. Uma importante contribuição feita por Cançado Trindade foi em relação ao entendimento do signo “organizações não governamentais – ONGs”, no subsistema sígnico de Direito Ambiental Internacional, ao revelar seu interpretante imediato no despertar da consciência ambiental do Estado; na cristalização dos princípios da prevenção e da precaução; e na conformação da *opinio juris communis* quanto à proteção ambiental, o que transcenderia a dimensão sígnica apenas interestatal. No que tange às Organizações Internacionais, elas possuiriam uma estrutura orgânica permanente capaz de expressar seus próprios pontos de vista; e possuidora de propósitos específicos a serem cumpridos precisamente no fiel exercício de suas funções.

Em suma, foi descrito o sistema de eleição dos Membros da Corte realizados pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Segurança da ONU com as respectivas críticas presentes no primeiro capítulo. Em um segundo capítulo, evidenciou-se o respectivo percurso jurídico-profissional traçado por cada juiz brasileiro e que teve expressão nas suas obras doutrinárias de Direito e de Direito Internacional, bem como na elaboração do raciocínio jurídico dos votos proferidos na CIJ, constantes no quarto capítulo.

A partir do segundo capítulo em conjunção com o quarto capítulo, foram verossímeis as aproximações e os distanciamentos ideológicos, a respeito do fundamento do Direito Internacional. Foi factível, a partir da análise empenhada neste trabalho, pela análise doutrinária e pela semiótica de Peirce aplicada aos votos, identificar três categorias ideológicas, em que os juízes brasileiros se inserem.

A primeira delas se refere ao positivismo e ao fundamento do Direito Internacional dependente do consentimento estatal manifestado pela *pacta sunt servanda*. O Direito Internacional e, não obstante, o próprio Direito, estariam conformados dentro do universo da própria norma jurídica. O método jurídico, único possível nessa concepção, de explicação de existência e de validade, só poderia estar na própria norma. Epitácio Pessoa estaria inserido nessa categoria pelo fato do seu esforço em enxergar a codificação como meio e fim do Direito Internacional e de uma prevalência da teoria da soberania estatal. Ainda nessa categoria, estaria José Philadelpho de Barros e Azevedo que evidenciou que a jurisdição internacional dependia da vontade das partes, típico do pensamento voluntarista. Outro juiz brasileiro que poderia ser inserido nesta classe ideológica seria José Sette-Câmara Filho que, expressamente, admitiu uma postura próxima ao kelsianismo com a proeminência do direito

positivo, na ordem internacional e nacional, como um único sistema (monismo); a *Grundnorm* do Direito Internacional, para Sette-Câmara Filho, estava na *pacta sunt servanda*. José Francisco Rezek também estaria inserido nesse grupo ideológico por adotar uma posição em que o Direito Internacional dependeria, existencialmente, do consentimento do Estado.

Uma categoria ideológica intermediária, entre o positivismo e o direito natural (este direito natural lastreado em valores que emanam do ser humano e o Direito adviria desse âmbito), estaria Levi Fernandes Carneiro. Muito embora, sua ideologia esteja mais próxima do naturalismo devido à hierarquização superior dos valores e da moralidade presente em seu pensamento (como o compartilhamento de espaço entre Moral e Direito, em que o fim deste segundo estaria na Justiça), ele afirmou a importância do consentimento para a revelação do próprio Direito Internacional.

Em extremo oposto à primeira categoria apresentada na medida que o cerne ideológico não era a norma jurídica em si mesma, mas o próprio ser humano em sua consciência, valores, dignidade e racionalidade, apresenta-se a classe jusnaturalista, posição adotada por Antônio Augusto Cançado Trindade. O fundamento de Direito Internacional, nesta ideologia, estaria no próprio ser humano por meio da *recta ratio*, que advém do Direito Natural e provém o ser humano com, justamente, a racionalidade, a dignidade e a sociabilidade, à procura de uma Justiça voltada para a própria humanidade.

Em suma, empoderar-se de nossa história jurídica-internacional é afirmar a imprescindibilidade da visão brasileira na formação teórica-normativa do Direito Internacional, que, *a priori*, era essencialmente eurocêntrica. Em um período em que distorções e releituras históricas, sem nenhum comprometimento científico, tomam a dianteira no Brasil, este trabalho oportunizou uma retomada importantíssima dessa história jurídica internacional brasileira, pelos meandros doutrinários e jurisprudenciais sob uma ótica diferenciada (a psicológica analítica junguiana e a semiótica peirciana) sobre o Direito a respeito das visões de juristas que marcaram, sem sombra de dúvida, com suas perspectivas brasileiras singulares e vanguardistas, muito embora, injustamente, não devidamente reconhecidas, o Direito e o Direito Internacional.

Não foi intuito oferecer uma obra acabada. Muito pelo contrário, o presente trabalho se esforçou em mostrar que a conjugação de uma visão sistêmica sógnica jurídica com um entendimento do Direito como um fenômeno comunicativo, capaz de se dinamizar e se

atualizar de acordo com o tempo e o espaço, força à compreensão de que, a todo momento, há renovação sýnica jurídica, fruto do resultado da ação mental humana. O sistema sýnico jurídico é e será, na verdade, algo inacabado. Esse é um modelo adequado a um pensamento social que se forma a partir de comunicação (e, não obstante, de semiose) em dinamicidade.

Essa visão, no caso específico desse trabalho relativo aos aportes doutrinários e jurisprudenciais dos juizes brasileiros na CPJI e na CIJ, foi corroborada com o simples fato da presença do juiz brasileiro neste principal órgão jurídico das Nações Unidas: enquanto houver juiz brasileiro como Membro da CIJ, haverá reprodução de uma visão brasileira, latino-americana do Direito Internacional na CIJ, sistema sýnico jurídico esse que muda na constante busca do atingimento do interpretante final repousado no “fundamento de Direito Internacional”, um signo *in potentia*.

Consequentemente, o estudo desse signo “fundamento de Direito Internacional” em uma perspectiva brasileira será constante, enquanto houver a figura de um juiz brasileiro no mais consagrado tribunal de justiça do mundo, afirmando-se com a sua reprodução ideológica de Direito Internacional por meio da jurisprudência – e, não obstante, de sua doutrina -, que reflita respostas às demandas litigiosas internacionais de seu tempo e, assim, assegurando-se como uma fonte de Direito Internacional fundada em uma visão, genuinamente, latino-americana/brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABASS, Ademola. **International Law – Text, Cases, and Materials**. 2ª Edição, Oxford University Press, Hampshire, 2014.

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Discurso de posse proferido por Levi Carneiro**. Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/levi-carneiro/discurso-de-posse>, acessado em 03.09.2018.

ACCIOLY, H. **Traité de droit international public**, Paris, 1940-1942, tomo II.

AGO, Roberto. **Recueil des Cours**, vol. 68, 1939.

AGOSTINHO, Santo. **De Trinitate, XV, 10-15**. Disponível em: <https://catolicotridentino.files.wordpress.com/2017/11/patrc3adstica-vol-7-a-trindade-santo-agostinho.pdf>, acessado em 21.04.2019.

_____. **Quaestiorum septemdecim in Evangelium secundum Mattaeum Liber unus**: ML 35 v. 8.

AKEHURST, Michael. **Custom as a Source of International Law**. 47 *British Yearbook of International Law* (1974-1975).

_____. **The Hierarchy of the Sources of International Law**, 47 *British Year Book of International Law* (1974-1975).

ALFARO, Ricardo J. **The Rights and duties of States**. 97 *Recueil des Cours de L'Académie de Droit International* (1959).

ALMEIDA, Renato. **A Liga das nações: constituição, estrutura e funcionamento**, Rio de Janeiro, A Noite, 1938.

ALVAREZ, Alejandro. **Le droit international nouveau dans ses rapports avec la vie actuel des peuples**, Librairie Pédone, Paris, 1959.

American Journal of international Law, Vol. 29, Supl., Cambridge University Press, 1935. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2213672?seq=1#metadata_info_tab_contents, acessado em 20.04.2019.

AMSELEK, Paul. **Théorie des actes de langage, éthique et droit** in *Droit et société*, n°4, 1986.

ANZILOTTI, Dionísio. **Corso di diritto Internazionale**. 4ª Ed., Pádua, Cedam, vol. 1, 1955.

_____. **Teoria Generale della Responsabilità dello Stato nel Diritto Internazionale**, Part I, Florence, F. Lumachi Libr.-Ed., 1902.

AQUINO, São Tomás de. **Secunda Secundae, Quaestio 40, art. I**. Disponível em: <https://sumateologica.files.wordpress.com/2017/04/suma-teolc3b3gica.pdf>, acessado em 20.04.2019.

ARANGIO-LUIZ, G. **The Normative Role of the General Assembly of the United Nations and the Declaration of Principles of Friendly Relations**, 137 *Recueil des Cours de l'Académie de Droit international* (1972).

ARAUJO, Brenda Maria Ramos. **O Direito Internacional segundo Rui Barbosa**. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 2018.

ARAÚJO, Clarice von Oertzen de. **Semiótica do direito**, Ed. Quartier Latin, 2005.

ARAYA, R.R.[Argentina], **El Derecho internacional interpretado por la Corte Suprema de la Nación 1863-1956** 71 No. 161 (1958).

Assembleia Geral. ONU. *The Practice of the United Nations, the Specialized Agencies and the International Atomic Energy Agency concerning their Status, Privileges and Immunities*, estudo preparado pelo Secretariado. 1967..

Associação Internacional de Juízes. *The Universal Charter of the Judge*. 17 de novembro de 1999. Disponível em: www.domstol.dk/om/otherlanguages/english/publications/Publications/The%20universal%20charter%20of%20the%20judge.pdf, acessado em 22.05.2018.

AUSTIN, John. **Lectures on Jurisprudence**. 5ª ed. 1885, I.

AZEVEDO, Philadelpho. **A Justiça Internacional. Conferência pronunciada no Palácio do Itamaraty**, no Rio de Janeiro, em 18 de julho de 1949.

_____. **A justiça internacional.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1949. 27 págs.

_____. **Curso de bacharelado: programa de direito civil das obrigações em espécie.** Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, Faculdade de Direito, 1937. 31 págs.

_____. **Da fraude contra sentenças: o credor hipotecário perante as execuções, o habeas-corpus em concorrência com os demais recursos,** 1920. 83 págs.

_____. **Destinação do Imóvel.** São Paulo: M. Limonad, 1957. 209 págs.

_____. **Direito Moral do Escritor.** Rio de Janeiro: Alba, 1930. 223 págs.

_____. **Execuções de sentenças subsídios para elaboração do código de processo.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936. 85 págs.

_____. **O Ministério Público mineiro perante a Corte Suprema: embargos no recurso extraordinário n. 2.654, de mandado de segurança.** Belo Horizonte: [s.n.], [193?]. 33 págs.

_____. **Os Tratados e Os interesses Privados em face do Direito Brasileiro** in Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, ano I, número 1, jan/jun, 1945.

_____. **Registro de imóveis: valor da transcrição.** Rio de Janeiro: Liv. Jacintho, 1942. 91 págs.

_____. **Registros públicos: lei n. 4827 de 7 de fevereiro de 1924, comentário e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Almeida Marques, 1929. 302 págs.

_____. **Um triênio de judicatura.** São Paulo: M. Limonad, 1948. 9 v.

AZEVEDO, Vicente de Paulo Vicente de. **O Barão de Penedo. Poeta Satírico.** Revista Brasileira de Cultura, a. VI, nº 19 (jan-mar de 1974). Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em:

<http://www.dominionpublico.gov.br/download/texto/me002998.pdf>, acessado em 22.02.2018.

BANNELIER, Karine; CHRISTAKIS, Théodore; HEATHCOTE, Sarah [editores]. **The ICJ and the development of international law: the lasting impact of the Corfu Channel case**. Editora Routledge. EUA e Canadá, 2012.

BARBERIS, J. A. **Les arrêts des tribunaux nationaux et la formation du droit international coutumier**. 46 *Revue de droit international de sciences diplomatiques et politiques*, 1968.

_____. **Nouvelles questions concernant la personnalité juridique internationale**, 179 *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de La Haye* (1983).

BARBOSA, Rui. **Carta de Rui a Olímpio Máximo Chaves**, de 13 de março de 1866, in “Correspondência” (Rio, 1933).

_____. **Direito do Amazonas ao Acre**, Rio de Janeiro, 1910.

_____. **Discurso de 18 de maio de 1991**. Instituto dos Advogados.

_____. **Introdução à “Queda do Império”**. Editora Castilho, 1921.

_____. **O Dever do Advogado**, 1911.

_____. **Oração aos moços**. 1ª Edição, Editora Martin Claret, 2015.

BARNOUW, Jeffrey. “Aesthetic” for Schiller and Peirce: A neglected Origin of *Pragmatism* in *Journal of the History of Ideas, Inc.*, vol. XLIX, nº 4, 1988, págs. 607-632.

BARROS, Fernanda Otoni de. **O amor e a lei: o processo de separação no tribunal de família**. In: *Revista Psicologia, Ciência e Profissão*, ano 17, n. 3, 1997.

BASTOS, Aurélio Wander. **Ensino Jurídico no Brasil**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Lúmen Júris, 2000.

BAUMGARTEN, Alexander Gottlieb. **Aesthetica**, Hildesheim: G. Olms, 1961.

BAXTER, R. R. **Treaties and Custom**, 129 *Recueil des Cours de l'Académie de droit international*, 1970.

_____. ‘The Procedures employed in connection with the United States Nominations for the International Court in 1960’, 55 AJIL 445 (1961).

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral**. Editora Pontes, 2006, 294p.

BERMAN, Harold J. **The Origins of Western Legal Science**. Harvard Law Review 90.5, 1977.

BERNSTEIN, Richard. **A sedução do Ideal**. Em *Face* 3, nº2. São Paulo, 1990.

BEROLZHEIMER, **System der Rechts und Wirtschaftsphilosophie, II**, Nabu press, 2012.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Direito Internacional Público**, 1911, vol. 2, pág. 16; ESPINOLA, Eduardo. **Direito Internacional Privado**, 1925.

_____. **História da Faculdade de Direito do Recife**; Edição comemorativa do Sesquicentenário da instauração dos Cursos Jurídicos no Brasil (1827-1977), 2ª Edição, Instituto Nacional do Livro – Conselho Federal de Cultura: Brasília, 1977.

BITTAR, Eduardo C. B. **Linguagem Jurídica – Semiótica, Discurso e Direito**. 7ª ed, São Paulo: Saraiva, 2017.

BLACK, Donald; MILESKE, Maureen. eds. **The Social Organization of Law**. New York and London: Seminal Press, 1973.

BOS, Marten. **Dominant Interest in International Law**, 21 *Revista Española de Derecho Internacional* (1968).

_____. **The Recognized Manifestations of International Law – A new theory of Sources**, 20 *German Yearbook of International Law*, 1977.

BRANDÃO, Clarissa. **Sociedade Brasileira de Direito Internacional: primeiro centenário**, Rio de Janeiro: Gramma, 2014.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BRANDÃO, Ulisses. **Cartas transmitidas a Ulisses Brandão pelo sr. Otávio Tavares**, em 31 de dezembro de 1926.

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. **Fundamentos da Existência e Validade do Direito Internacional**. Rev. Fac. Direito UFMG, Belo Horizonte, n. 62, pp. 365 - 403, jan./jun. 2013.

_____; LAGE, Délber Andrade. **O Aumento do Número de Órgãos Judiciais Internacionais e suas Repercussões para a Sociedade Internacional**. V Anuário Brasileiro de Direito Internacional, vol. 1.

_____; LAGE, Délber Andrade. **The Growing Influence of Non-Governmental Organizations: Chances and Risks**. III Anuário Brasileiro de Direito Internacional, vol. 1.

_____; LASMAR, Jorge Mascarenhas; GAMA, Gilda Lara Resende da; RANGEL, Leandro de Alencar. **A Corte Internacional de Justiça e a construção do direito internacional**. Centro de Direito Internacional (CEDIN), 2005.

BRENNAN, Anne; BREWI, Janice. **Meia idade e vida**. São Paulo: Paulinas, 1991.

British Year book of International Law, 1948.

BROWN, B.F. Review of B.A. Wortley **Jurisprudence** (1967), 12 *Natural Law Forum* (1967).

BRUEL. **International Straits**, Copenhagen-London, 1947.

BRUNS, Victor. *in Recueil des Cours*, Vol. 62, 1937.

BRUNTON, Paul. **A search in secret Egypt**. North Atlantic Books, 2015.

BUENO, Clodoaldo. **Pan-americanismo e projetos de integração: temas recorrentes na história das relações hemisféricas (1826-2003)**. Política Externa, São Paulo, v. 13. Nº 1, jun. /jul. / ago. 2004.

BUETTNER *apud* TILGHMAN, Benjamin R. **Reflections on Aesthetic Theory in Aesthetics**. A Critical Anthology, New York: St. Martin's Press, 1977.

BUYSSSENS. **Semiologia e comunicação linguística**, São Paulo: Cultrix, 1992.

BYINGTON, Carlos A. **O desenvolvimento da personalidade**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Pedagogia simbólica**. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1996.

_____. **A democracia e o arquétipo da alteridade.** *In:* Revista da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica de São Paulo, n. 10, 1992.

CALAMANDREI, P. **Introduzione allo Studio Sistematico dei Provvedimenti Cautelare,** Padua, 1936.

CAMPOS, Diego Araujo; JÚNIOR, Ernesto Batista Mané; BEICKER, Flávio; ZIEMATH, Gustavo Gerlach da Silva; BANDEIRA, Helges Samuel. **O Brasil e a Jurisdição da Corte Internacional de Justiça: Análise dos tratados por meio dos quais o país reconhece a jurisdição da Corte.** Trabalho apresentado no âmbito do Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco, Ministério das Relações Exteriores, Disciplina Direito Internacional Público. Disponível em: https://www.academia.edu/12871031/O_BRASIL_E_A_JURISDI%C3%87%C3%83O_DA_CORTE_INTERNACIONAL_DE_JUSTI%C3%87A_An%C3%A1lise_dos_tratados_por_meio_dos_quais_o_pa%C3%ADs_reconhece_a_jurisdi%C3%A7%C3%A3o_da_Corte?auto=download, acessado em 12.05.2019.

CAMPOS NETO, Antônio Augusto Machado de; MENDONÇA, Andrey Borges de. **A Fundação dos cursos jurídicos no Brasil,** 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/67463/70073>, acessado em 22.02.2018.

CANÇADO TRINDADE, Antônio A. **Reflections on International Law-Making: Customary International Law and the Reconstruction of Jus Gentium** *in* International Law and Development/Le droit international et le développement (Proceedings of the 1986 Conference of the Canadian Council on International Law/Travaux du Congrès de 1986 du Conseil canadien de droit international), Ottawa, 1986.

_____. **A Humanização do Direito Internacional.** Editora Del Rey, Belo Horizonte, 2006.

_____. **Derecho Internacional de los Derechos Humanos: Esencia y Trascendencia.** 1. ed. Iztapalapa: Editorial Porrúa, 2007. v. 1. 1055p.

_____. **Direito das Organizações Internacionais.** 5ª Ed. Editora Del Rey, Belo Horizonte, 2012.

_____. **El Derecho de Acceso a la Justicia en su Amplia Dimensión.** 1. ed. Santiago: LibroTecnica, 2008. v. 1. 407p.

_____. **Foundations of International Law: The Role and Importance of Its Basic Principles**, in *XXX Curso de Derecho Internacional Organizado por el Comité Jurídico Interamericano* (2003), Washington D.C., Secretaria General de la OEA, 2004.

_____. **International Law for Humankind: Towards a New Jus Gentium - General Course on Public International Law - Part I**, 316 *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye*, 2005.

_____. **La Humanización del Derecho Internacional y los Límites de la Razón de Estado**, 40 *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais* – Belo Horizonte (2001).

_____. **La perspective trans-atlantique: La contribution de l'oeuvre des Cours internationales des droits de 'l'homme au développement du droit public international**, in *La Convention européenne des droits de l'homme à 50 ans – Bulletin d'information sur les droits de l'homme*, n. 50 (numéro spécial), Strasbourg, Conseil de l'Europe, 2000.

_____. **O Direito Internacional em um Mundo em Transformação**, Rio de Janeiro, Editora Renovar, 2002.

_____. **O Esgotamento de Recursos Internos no Direito Internacional**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3240337461206908>, acessado em 05.10.2018.

_____. **Princípios do Direito Internacional Contemporâneo**. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1981.

_____. **Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público: período 1899-1918**. Brasília: FUNAG, 1986.

_____. **The Interpretation of the International Law of Human rights by the Two Regional Human Rights Courts**, *Contemporary International Law Issues: Conflicts and Convergence* (Proceedings of the III Joint Conference ASIL/Asser Instituut, The Hague, July 1995).

_____. **The Merits of Coordination of International Courts on Human Rights**, 2 *Journal of International Criminal Justice* – Oxford (2004).

_____. **The Procedural Capacity of the Individual as Subject of International Human Rights Law: Recent Developments**, in *Les droits de l'homme à l'aube du XXI^e. Siècle – K. Vasak Amicorum Liber*, Bruxelas, Bruylant, 1999.

_____. **Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos**. 1. ed. Porto Alegre: Fabris, 2003. v. 3. 663p.

_____; PEYTRIGNET, Gérard; SANTIAGO, Jaime Ruiz de. **As três vertentes da proteção Internacional dos Direitos da Pessoa Humana**. São José, Costa Rica. Instituto Interamericano de Direitos Humanos, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 1996, 292p.

CANTARELLI, Margarida. **Epitácio Pessoa e a História do Direito Internacional**. Revista Acadêmica, Vol. 84. 2012.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1986.

CARNEIRO, Levi F. **O Direito Internacional e a Democracia**, Rio de Janeiro, 1945.

_____. **O livro de um advogado**. Rio de Janeiro, A. Coelho Branco Filho, 1943, 478p.

_____. **A nova organização internacional**. Resposta ao questionário do Jornal do Comércio, 1944 in CARNEIRO, Levi. **O Direito Internacional e a Democracia**, Rio de Janeiro, 1945.

_____. **As Nações Unidas**. Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. Ano XI, jan/dez, nº 21 e nº 22, 1955.

_____. **As preocupações de ordem moral no direito contemporâneo, especialmente no direito internacional**. Conferência proferida na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, jan/jun, ano 3, nº5, 1947.

_____. **O Direito Internacional e a Democracia**, Rio de Janeiro, 1945.

_____. **Uma Declaração Internacional de Direito do Homem**. Tema indicado pela Comissão Executiva da Federação Interamericana de Advogados; relatório apresentado a IIª Conferência em agosto de 1942.

CARNELUTTI, F. **Diritto e Processo**, Naples, 1958.

CARTER, James C. **The Ideal and the Actual in Law**, Nabu Press, 2010.

CASCARDI/HINTIKKA/PORCHAT/MEYER/TOULMIN. **Retórica e comunicação**, 1994.

CASELLA, P. B. (2013). **Cem anos do Direito Internacional Público (1913) de José Mendes (1861-1918) – olhar reflexivo sobre o Direito Internacional nas Arcadas (1911-1918)**. Revista Da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo, 108, 27-44. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67974>, acessado em 20.04.2019.

CASTAÑEDA, Jorge. **Legal Effects of United Nations Resolutions**, N. Y., Columbia University Press, 1969.

CATELLANI, Enrico. **La dottrina italiana nel diritto internazionale nel secolo XIX**. Roma: Romana Editoriale, 1935.

CEDH. **Loizidou versus Turquia**, CEDH 1995.

CHAGLA, M. A. C. **Rule of Law and the International Court of Justice**. 1960 Proceedings, American Society of International Law.

CHARMONT, J. **La renaissance du droit naturel**, Revue de Métaphysique et de Morale 18 (2):10-11 (1910).

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **Crítica e ideologia**. In: Cadernos Seaf, São Paulo, ano 1, n. 1, 1978.

CHEN, Ti-Chiang. **The International Law of Recognition**, Londres, Stevens, 1951.

CHENG, Bin. **General Principles of Law as Applied by International Courts and Tribunals**, Londres, Stevens, 1953.

CHIOVENDA, G. **Istituzioni di Diritto Processuale Civile**, Naples, 1936.

CÍCERO, M.T. **Da República**, 51 a.C.

CIDH. **Blake v. Guatemala**, CIDH 1996.

- _____. **Cantoral Benavides v. Peru**, CIDH 2000.
- _____. **Comunidade Mayagna (Sumo) Awas Tingni contra a Nicarágua**, CIDH 2001.
- _____. **Direito à Informação sobre a Assistência Consular no Marco das Garantias do Devido Processo Legal**, CIDH 1999.
- _____. **Maritza Urrutia v. Guatemala**, CIDH 2003.
- _____. **Massacre of Plan de Sánchez**, CIDH 2004.
- _____. **Tibi v. Equador**, CIDH 2004.
- CIJ. **Acts and Documents concerning the Organization of the Court**, N° 1, segunda edição, 1947.
- _____. **Admissão de um Estado como Membro das Nações Unidas - Artigo 4º da Carta da ONU**. ICJ Reports 1948.
- _____. **Aerial Incident of 27 July 1955**, ICJ Reports 1959.
- _____. **Ahmadou Saio Diallo (República da Guiné v. República Democrática do Congo)**, ICJ Reports 2007.
- _____. **Ambatielos**, ICJ Reports 1953.
- _____. **Anglo-Iranian Oil Co.** ICJ Reports 1952.
- _____. **Antártica (Austrália v. Japão: Nova Zelândia interventora)**, ICJ Reports 2014.
- _____. **Antônio Augusto Cançado Trindade**. Disponível em: https://www.icj-cij.org/files/members-of-the-court-biographies/cancado_en.pdf, acessado em 06.10.2018.
- _____. **Aplicação da Convenção de 1902 sobre a Tutela dos Bebés (Países Baixos versus Suécia)**, ICJ Reports 1958.
- _____. **Aplicação da Convenção sobre Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v Iugoslávia)**, ICJ Reports, 1993.

_____. **Aplicação da Convenção sobre Prevenção e Punição do Crime de Genocídio (Bósnia e Herzegovina v Iugoslávia)**, ICJ Reports 1993-2007.

_____. **Application for Revision and Interpretation**. ICJ Reports 1985.

_____. **Apreensão e Detenção de Certos Documentos e Informações (Timor-Leste v. Austrália)**, ICJ Reports 2014.

_____. **Arbitral Award of 31 July 1989**. ICJ reports 1991.

_____. **Asylum**. ICJ Reports 1950.

_____. **Atividades Armadas no Território do Congo (D.R. Congo versus Uganda)**, ICJ Reports 2000.

_____. **Atividades Paramilitares na Nicarágua (Nicarágua v. EUA)**, ICJ Reports 1991.

_____. **Avena (México v. Estados Unidos)**, ICJ Reports 2004.

_____. **Barcelona Traction**. ICJ Reports 1964.

_____. **Breard (Convenção de Viena sobre Relações Consulares – Paraguai v. EUA)**, ICJ Reports 1998.

_____. **Certain Criminal Proceedings in France**. ICJ Reports 2003.

_____. **Certas Atividades Realizadas pela Nicarágua na Área de Fronteira e da Construção de uma Estrada na Costa Rica ao longo do Rio San Juan**, ICJ Reports 2013.

_____. **Certas Despesas**. ICJ Reports, 1962.

_____. **Certas Propriedades (Liechtenstein v. Alemanha)**, ICJ Reports 2005.

_____. **Chorzów Factory**. PCIJ Reports 1927.

_____. **Companhia Petrolífera Anglo-iraniana**, ICJ Reports 1952.

_____. **Competência da Assembleia Geral para Admissão de um Estado nas Nações Unidas**, ICJ Reports 1950.

_____. **Condições de Admissão de um Estado como Membro das Nações Unidas (Artigo 4º da Carta)**, ICJ Reports 1948.

_____. **Consequências Jurídicas da separação do Arquipélago Chagos de Maurício em 1965**, ICJ Reports 2019.

_____. **Convenção de Prevenção e Repressão de Crime de Genocídio**, ICJ Reports 2015.

_____. **Convenção Internacional de Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (Geórgia v. Federação Russa)**, ICJ Reports 2011.

_____. **Corfu Channel**, ICJ Reports 1946.

_____. **Declaração Unilateral de Independência do Kosovo**, ICJ Reports 2010.

_____. **Delimitation of the Maritime Boundary in the Gulf of Maine Area**. ICJ Reports 1981.

_____. **Diferença Relativa à Imunidade de Processo Jurídico de um Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos**, ICJ Reports 1984.

_____. **Disputa de Fronteiras (Burkina Faso/República do Mali)**, ICJ Reports 1986.

_____. **Disputa Fronteiriça (Burkina Faso/ Níger)**, ICJ Reports 2013.

_____. **Disputa Marítima (Peru v. Chile)**, ICJ Reports 2014.

_____. **Disputa Territorial – Líbia Árabe Jamahiriya/Chade**, ICJ Reports 1994.

_____. **Disputa Territorial e Marítima (Nicarágua versus Colômbia)**, ICJ Reports 2013.

_____. **Disputa Territorial e Marítima entre a Nicarágua e Honduras no Mar do Caribe**, ICJ Reports 2007.

- _____. **Electricity Company of Sofia**. PCIJ Reports 1939.
- _____. **Fisheries**. ICJ Reports 1974.
- _____. **Fronteiras e Ações Transfronteiriças Armadas (Nicarágua v. Honduras)**, ICJ Reports 1988.
- _____. **Ilha Kasikili/Sedudu – Botsuana v. Namíbia**, ICJ Reports 1999.
- _____. **Imunidades Jurisdicionais do Estado (Alemanha versus Itália)**, ICJ Reports 2010.
- _____. **Interpretação de Tratados de Paz com a Bulgária, Hungria e Romênia**, ICJ Reports 1950.
- _____. **Interpretação do Acordo de 25 de março de 1951 entre a Organização Mundial da Saúde e o Egito**, ICJ Reports 1980.
- _____. **Julgamento dos Prisioneiros de Guerra do Paquistão (Paquistão versus Índia)**, ICJ Reports 1973.
- _____. **Julgamento nº 2867 do Tribunal Administrativo da Organização Internacional do Trabalho sobre uma Reclamação arquivada contra o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura**, ICJ Reports 2012.
- _____. **Julgamentos do Tribunal Administrativo da OIT sobre Reclamações Feitas contra a UNESCO**. ICJ Reports 1956.
- _____. **LaGrand (Alemanha contra Estados Unidos)**, ICJ Reports 2001.
- _____. **Land and Maritime Boundary between Cameroon and Nigeria**, ICJ Reports 1999.
- _____. **Legalidade de Uso da Força**, ICJ Reports 2004.
- _____. **Lockerbie – Líbia Árabe Jamahiriya v. Reino Unido/ Líbia Árabe Jamahiriya v. Estados Unidos**, ICJ Reports 1998.
- _____. **Military and Paramilitary Activities in and against in Nicaragua**. ICJ Reports 1984.

- _____. **Minquiers e Ecrehos**, ICJ Reports 1953.
- _____. **Navegação e direitos conexos (Costa Rica versus Nicarágua)**, ICJ Reports 2009.
- _____. **Northern Cameroons**. ICJ Reports 1963.
- _____. **Nottembohm (Liechtenstein v Guatemala)**. ICJ Reports, 1953.
- _____. **Obrigaço em Negociar Acesso ao Oceano Pacfico (Bolvia v. Chile)**, ICJ Reports 2018.
- _____. **Obrigaes de Processar ou Extraditar (Blgica v. Senegal)**, ICJ Reports 2009.
- _____. **Obrigaes sobre as Negociaes relativas Cessao da Corrida Nuclear Armamentista e do Desarmamento Nuclear (Ilhas Marshall v. ndia / Ilhas Marshall v. Paquisto / Ilhas Marshall v. Reino Unido)**, ICJ Reports 2016.
- _____. **Opinio Consultiva n 2867 do Tribunal da Organizao Internacional do Trabalho**, ICJ Reports 2012.
- _____. **Opinio Consultiva sobre a Nambia**, ICJ Reports 1971.
- _____. **Ordem de Priso de 11 de abril de 2000 – Repblica Democrtica do Congo v. Blgica**, ICJ Reports 2000.
- _____. **Ouro Monetrio Removido de Roma em 1943**, ICJ Reports 1954.
- _____. **Pedido de reviso do julgamento de 11 de setembro de 1992 no caso relativo Disputa de fronteira territorial, de ilha e martima (El Salvador v. Honduras)**, ICJ Reports 2002.
- _____. **Phosphate Lands in Nauru**, ICJ Reports 1992.
- _____. **Plataforma Continental - Lbia rabe Jamahiriya/Malta**, ICJ Reports 1984.
- _____. **Plataforma Continental – Tunsia/Lbia rabe Jamahiriya**, ICJ Reports 1981.

- _____. **Polish Agrarian Reform**. PCIJ Reports 1933.
- _____. **Projeto Gabčíkovo-Nagymaros (Hungria versus Eslováquia)**, ICJ Reports 1997.
- _____. **REGRAS DA CORTE**, 01.07.1978. Disponível em: <http://www.icj-cij.org/en/rules>, acessado em 15.04.2018).
- _____. **Reparação por Danos Sofridos à Serviço das Nações Unidas**, ICJ Reports 1949.
- _____. **Revisão da sentença nº 158 do Tribunal Administrativo das Nações Unidas**, ICJ Reports 1973.
- _____. **Revisão da sentença nº 273 do Tribunal Administrativo das Nações Unidas**, ICJ Reports 1982.
- _____. **Revisão da sentença nº 333 do Tribunal Administrativo das Nações Unidas**, ICJ Reports 1987.
- _____. **Saara Ocidental**, ICJ Reports 1975.
- _____. **Sentenças de Compensação feitas pelo Tribunal Administrativo das Nações Unidas**, ICJ Reports 1954.
- _____. **South West Africa**. ICJ Reports 1962.
- _____. **Supostas violações de direitos soberanos e Espaços Marítimos no Mar do Caribe**, ICJ Reports 2018.
- _____. **Teerã (Estados Unidos versus Irã)**, ICJ Reports 1980.
- _____. **Templo de Preah Vihear (Cambódia v. Tailândia)**, ICJ Reports 2011.
- _____. **Testes Nucleares, Nova Zelândia v. França**, ICJ Reports 1995.
- _____. **Timor-Leste (Portugal v. Austrália)**, ICJ Reports 1995.
- _____. **Tyrer versus Reino Unido**, ICJ Reports 1978.

_____. **Usina de Papel no Rio Uruguai (Argentina v. Uruguai)**, ICJ Reports 2010.

_____. **Vernava e Outros v. Turquia**, ICJ Reports 2009.

CLARK, E. C. **Practical Jurisprudence**, Cambridge University Press, 1883.

COELHO, Luís Fernando. **Lógica jurídica e interpretação das leis**. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, **Our Common Future**, Oxford University Press, 1987.

Comitê Interaliados Informal. **RELATÓRIO COMITÊ INTERALIADOS INFORMAL**. 45 ICLQ Sup. S20 (1996).

_____. **Supplement to the American Journal of International Law** (1945), vol. 39.

COMITÊ INTERAMERICANO JUDICIAL - **Recomendaciones e Informes: Documentos Oficiales 1942-1944** 29, 153 (1944).

CONFERENCIAS INTERNACIONALES AMERICANAS: 1889-1936. Washington: Dotación Carnegie para la Paz Internacional, 1938.

COQUET, Jean-Claude. **La quête du sens: le langage en question**, Presses Universitaires de France, 1997, 262p.

_____. **Sémiotique: l'École de Paris**, Classiques Hachette, Paris, 1982, 207p.

CORNU, Gérard. **Linguistique juridique**, Paris, Montchrestien, 1990, 412p.

CPA. **Carthage e Manouba**, CPA 1913.

_____. **Sovereignty over the Island of Palmas**, CPA 1928.

_____. **Timor Frontiers**, CPA 1914.

CPIJ. **Alta Silésia**, PCIJ Reports 1925.

_____. **Concessões Palestinas Mavrommatis**, PCIJ Reports 1924.

_____. **Customs Régime between Germany and Austria**, PCIJ Reports 1931.

_____. **Customs Régime between Germany and Austria**. PCIJ Ser A/B 41 (1931).

_____. **Decretos de Nacionalidade em Túnis e Marrocos**, PCIJ Reports 1923.

_____. **Empréstimos brasileiros contraídos na França**, PCIJ Reports 1929.

_____. **Groelândia Oriental**. PCIJ Reports 1919.

_____. **Interpretação do Artigo 3º, parágrafo 2º do Tratado de Lausanne (Caso Mosul)**, PCIJ Reports 1925.

_____. **Jaworzina**, PCIJ Reports 1923.

_____. **Lotus**, PCIJ Reports 1927.

_____. **Treaty of Neuilly**, PCIJ Reports 1924.

_____. **Wimbledon**, PCIJ Reports 1923.

CRAIG, Adolph G. **O abuso do poder na psicoterapia, na medicina, serviço social, sacerdócio e magistério**. São Paulo: Achiamé, 1979.

_____. **O casamento está morto viva o casamento!** São Paulo: Símbolo, 1977.

CRAWFORD, James. Browlie's **Principles of Public International Law**. 8ª Edição, Oxford University Press, Hampshire, 2012.

CROUZET Maurice. **História geral das civilizações**. Vol.15, Editora Bertrand Brasil, 1996.

CUNHA, Paulo Ferreira da. **Essai de symbologie juridique**. In: *Archives de Philosophie du Droit, Droit et Esthétique*, t. 40, 1995.

CURLEY, Thomas. **The relation of the normative sciences to Peirce's Theory of Inquiry** in Transactions of the Charles S. Peirce Society, vol. 5, nº2, 1969.

- DALLARI, Dalmo de Abreu. **O poder dos juízes**. São Paulo: Saraiva, 1996.
- DE BUSTAMANTE, A. S., **The World Court** 174, 1925.
- DE MONZIE, Anatole. **Encyclopédie Française**, 1^o Vol, 1932.
- DELEDALLE, Gérard. **Charles S. Peirce's philosophy of Signs**. Essays in Comparative Semiotics. Indiana University Press, 2000.
- DELMAS-MARTY, Mireille. **Por um Direito Comum**, Editora Wmf Martins Fontes, 2004.
- DINH, Nguyen Quoc, Dailler & Pellet. **Droit international public**, Paris, LGDJ, 7, Ed., 2002.
- _____. **Droit International public**, Paris, L.G.D.J., 1975.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 25^a Edição. Editora Atlas, 2012.
- DROYSEN, Johann G. Historik. **Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte**. Ed Rudolf Hübner, 1937.
- DRYER, D.P. **Aristotle's Conception of Orthos Logos**, 66 *The Monist* (1983).
- DUBOUCHET, Paul. **Sémiotique juridique: introduction à une Science du droit**, Presses Universitaires de France, 1^a Edição, 1990.
- _____. **Recherches pour une sémiotique juridique: propédeutique à une philosophie des systèmes symboliques du Droit**, thèse pour le Doctorat d'État en Droit soutenu publiquement, Lyonm Université Jean Moulin, Faculté de Droit, 1982.
- ECO, Umberto. **O signo de três**, Editora Perspectiva, 1991.
- _____. **Tratado geral da Semiótica**, Editora Perspectiva, 5^a Edição, 2017.
- EISEMANN, P. M. **Le Gentlemen's agreement comme source du droit international**, 106 *Journal du droit international* (Clunet) (1979).
- ELIAS, Taslim O. **Does the International Court of Justice, as It is Presently Shaped, Correspond to the Requirements which Follow from Its Functions as the**

Central Judicial body of the International Community? Judicial Settlement of International Disputes, 1974.

FACHIRI, A.C., **The Permanent Court of International Justice** 300, 2ª Edição, 1932.

FAUCHILLE. **Droit International Public**. Vol. II, Editora: Forgotten Books, 2018.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade, história, teoria e pesquisa**. São Paulo: Papirus, 1995.

FENWICK, Charles G. **International Law**, Editora: Century Co., 1924.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Direito, retórica e comunicação: subsídios para uma pragmática do discurso jurídico**, Editora Atlas, 3ª Edição, 2014, 264p.

_____. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**, Editora Atlas, 10ª Edição, 2017, 368p.

_____. **Teoria da norma jurídica: ensaio de pragmática da comunicação normativa**. Rio de Janeiro, Forense, 1978, 181p.

FERREIRA, Verônica A. M. César. **Mudada a imagem, muda-se a realidade**. In: Boletim Juízes para a Democracia, n. 14, ano 4, 1998.

FERRER S. P. A. **Los conceptos ius cogens y ius dispositivum y la labor de la Comisión de Derecho Internacional**, 21 *Revista Española de Derecho Internacional* (1968).

FGV. CPDOC. **Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/epitacio-lindolfo-da-silva-pessoa>, acessado em 28.06.2018.

_____. **José Francisco Rezek**. Disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-francisco-rezek>, acessado em 27.09.2018.

_____. **José Sette-Câmara Filho**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-sete-camara-filho>, acessado em 04.09.2018.

_____. **Levi Fernandes Carneiro.** Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/levi-carneiro/biografia>, acessado em 03.09.2018.

FILHO, José Sette Camara. **A Conclusão dos Tratados Internacionais e o Direito Constitucional Brasileiro** *In* Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, anos XXXIX a XLI, 1987/1989, nºs 69/71.

_____. **A doutrina Larreta.** Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, ano II, nº3, jan/jun, 1946.

_____. **A forma dos Tratados.** 1952. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/517/486>, acessado em 27.09.2018.

_____. **A importância da ratificação no processo de conclusão dos tratados internacionais.** Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, ano VIII, nº 15 e nº16, jan/dez, 1952.

_____. **The ratification of international Treaties,** 1949.

_____. **Hans Kelsen e a Teoria Pura do Direito Internacional.** Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. V. 1, 1949. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/487/456>, acessado em 05.09.2018.

_____. **Poluição de Rios Internacionais.** São Paulo: Quartier Latin, 2011.

FILHO, Luiz Viana. **A Vida de Rui Barbosa.** 6ª Edição ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952.

FILHO, Marcílio Toscano Franca; MIALHE, Jorge Luís; JOB, Ulisses da Silveira (ORGS.). **Epitácio Pessoa e a Codificação do Direito Internacional.** Sergio Antônio Fabris Editor. Porto Alegre. 2013.

FIORÉ, Pasquale. **Il diritto Internazionale codificato e la sua sanzione giuridica; seguito da um sunto storico dei piu importante trattati internazionali.** 2ª Ed. rifatta e ampliata. Torino: Unione Tipografico-Editrice, 1898.

FISCH, Justice Holmes. **The Prediction Theory of Law and Pragmatism**, 39 J. OF PHIL. 85 (1942).

FITZMAURICE, G.G. **Some Problems Regarding the formal Sources of International Law**, in *Symbolae Verzijl présentés ao Professeur J.H.W. Verzijl à l'occasion de son LXXème. anniversaire*, La Haye, M. Nijhoff, 1958.

FLEISCHHAUER, A.-A., **The United Nations at Fifty**, 38 *German Yearbook of International Law* (1995).

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas**. Editora Martins Fontes; 10ª Edição, 2016, 564p.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **Um estadista da República: Afranio de Melo Franco e seu tempo**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1977.

FRANK, Jerome. **Law and the Modern Mind**. New York: Doubleday and Company, 1963.

FRANZ, Marie Louise Von. **The problem of the feminine in fairy tales**. New York: Spring, 1972.

_____. **A individuação nos contos de fada**. São Paulo: Paulina, 1984.

FREEMAN, A. V. **The International Responsibility of States for Denial of Justice**, Longman, London/New York, 1938.

FREIRE, Anibal. **Ata da sessão especial em 9 de maio de 1951, em homenagem ao exmo. Sr. Ministro Philadelpho Azevedo**. Diário da Justiça, ano XXVI, nº 105, 10 de maio de 1951. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastasMinistros/PhiladelphoAzevedo/Discursos/Homenagem/1951_maio_10.pdf, acessado em 03.09.2018.

FREUD, Sigmund. **Cinco lições de psicanálise**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

FRIEDMANN, Wolfgang. **Mudança da estrutura do Direito Internacional**: Freitas Bastos, 1971.

FROSINI, Vittorio. **La parola del diritto e le sue trasformazione linguistiche**, *Rivista di Diritto e Procedura Civile*, 47(2): 423-38, giug., 1993.

GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **Epitácio Pessoa (1865-1942)**. Edição ilustrada. 1º Vol. Editora: Livraria José Olympio, 1951.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdad y método**. Salamanca: Ségueme, 1977.

_____. **Verdade e Método I**. Tradução de Flávio Paulo Meurer e revisão da tradução de Enio Paulo Giachini, 15ª Edição, Petrópolis – RJ: Vozes. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2015.

GALLOTI, Luís. **Voto de pesar**. Ata da 11ª sessão, em 10 de maio de 1951. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastasMinistros/PhiladelphoAzevedo/Discursos/Homenagem/1951_maio_11.pdf, acessado em 03.09.2018.

GAOR, 2º Plenary (A/459) 1559 (1947)). Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/171\(II\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/171(II)), acessado em 27.05.2018.

GENY, François. **Méthodes d'Interprétation et Sources en Droit Positif**, Paris, 1899.

GIDEL, Gilbert. **Droit et devoirs des nations. La théorie classique des droits fondamentaux des États**. 10 R.C.A.D.I. (1925).

GLITZ, Frederico E. Z. **Contrato, Globalização e Lex Mercatoria. Convenção de Viena 1980 (CISG), Princípios Contratuais UNIDROIT (2010) e Incoterms (2010)**. Editora Clássica, São Paulo, 2014.

GOLDSTONE, Richard J. **International Judges: Is There a Global Ethic?**. Ethics & International Affairs, 29, no. 3 (2015).

GOODRICH e HAMBRO. **Charter of the United Nations**, World Peace Fundation, 1949.

GREIG, D. W. **International Law**, 2ª Ed. Londres, Butterworths, 1976.

GREIMAS, A. J. **Semiótica e ciências sociais**, Editora Cultrix, 1976, 193p.

_____.; COURTÉS, Joseph. **Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage**, Hachete, 1993, 454p.

GRIFFIN, J. **On Human rights**. Oxford: Oxford University Press, 2008 *in* TASIOULAS, John; BESSON, Samantha. **The Philosophy of International Law**. Oxford University Press, 2012.

GROS, Andre. **La Cour Internationale de Justice 1946-1986: Les reflexions d'un juge**, *in* INTERNATIONAL LAW AT A TIME OF PERPLEXITY, ESSAYS IN HONOUR OF SHABTAI ROSENNE, 1989.

GROTIOUS, Hugo. **The rights of war and Peace**. Editor Knud Haakonssen. Editora Liberty Found. Indianápolis, 2005.

GUETZEVITCH, Mirkine. **Revue de Droit Public**, outubro-dezembro, 1929.

GUGGENHEIM, Paul. **Les deux éléments de la coutume internationale**, *in* "La technique et les principes du droit public, Études en l'honneur de Georges Scelle", Paris, 1950, vol I.

_____. **"Les mesures conservatoires dans la procédure arbitrale et judiciaire"**, 40 Recueil des cours de l'Académie de droit international de La Haye (1932).

GURVITCH, Georges. **L'idée du Droit Social**, Paris, Sirey, 1932.

HABERMAS, Jurgem. **O Futuro da Natureza Humana: a caminho de uma Eugenia liberal?** Tradução de Karina Jannini, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HAGGENMACHER, P. **La doctrine des deux éléments du droit coutumier dans la pratique de la Cour Internationale**, 90 *Revue générale de Droit international public* (1986).

Haia. CIJ. **HISTORY OF INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE**. Disponível em: <http://www.icj-cij.org/en/history>, acessado em 25.03.2018.

_____. CIJ. **ICJ AT A GLANCE**. Disponível em: www.icj-cij.org/files/the...at...glance/the-court-at-a-glance-en.pdf, acessado em 22.03.2018.

HAMBRO, Edvard. **Function of the International Court of Justice in the Framework of the International Legal Order**, The U. N.: Ten Years' Legal Progress, ed. by Gesina H. J. van der Molen and others; The Hague: Nederlandse Studentenvereniging voor Wereldrechtsorde, 1956.

_____. **Some notes on the Development of the Sources of the International Law**, 17 *Scandinavian Studies in Law* (1973).

_____. **Some Observations on the I.C.J. After Thirty Years**, STUDI IN ONORE DI GIORGIO BALLADORE PALLIERI, MILANO, 1978.

HARDWICK, C. **Semiotics and signification: the correspondence between C. S. Peirce and Lady Victoria Welby**. Bloomington, Indiana University Press. 1977.

HARLAND, Ch. **International Court of Justice Elections: A Report of the first Fifty Years**, 34 *Canadian Yearbook of International Law* 305 (1996).

HENEVER, N.K.; MOSHER, S.A., **General Principles of Law and the U.N. Covenant on Civil and Political Rights**, 27 *International and Comparative Law Quarterly* (1978).

HENRI e LÉON MAZEAUD, **Traité de la Resp. civile**, Paris, 1948.

HERKENHOFF, João Baptista. **A formação dos operadores jurídicos no Brasil**. In: PINHEIRO, José Ernani *et al.* (ors.). **Ética, justiça e direito – Reflexões sobre a reforma do judiciário**. São Paulo: Vozes, 1996.

HILLMAN, James ; FRANZ, Marie Louise Von. **A tipologia de Jung**. São Paulo: Cultrix, 1990.

_____. **Anima**. São Paulo: Cultrix, 1990.

HJELMSLEV, Louis. **Ensaio linguístico**, Editora Perspectiva, 1ª Edição, 1991.

_____. **Prolegômenos a uma teoria da linguagem**, Editora Perspectiva; 2ª Edição, 2013, 160p.

HJERTONSSON, Karin. **The new Law of the Sea – Influence of the Latin American States on Recent Developments of the Law of the Sea**, Leiden, Stockholm, Sitjhoff/Norstedts, 1973.

HOGAN, W. N. **The Ammoun Case and the Election of Judges in the International Court of Justice**, 59 *AJIL* 908 (1965).

HOLMES, Oliver Wendell (1881). **The Common Law**. Ed. M. D. Howe. Boston: Little, Brown, 1963.

HOUBEN, P. H. **Principles of International Law Concerning Friendly Relations and Co-operation Among States**, 61 *American Journal of International Law* (1967).

HUDSON, Manley Ottmer. **The Permanent Court of International Justice**. Nova York, The Macmillan Company, 1943.

HULL, Cordell. **Current history**, janeiro de 1944.

HUSSERL, E., **Philosophy as a Rigorous Science In PHENOMENOLOGY AND THE CRISES OF EUROPEAN MAN**, Harper & Low, 1965, 192p.

Instituto de Direito Internacional. **45-I Annuaire IDI**, 407, II 60, 1954. Disponível em: <http://www.idi-iil.org/app/uploads/2017/05/4025-45A-OCR.pdf>, acessado em 20.05.2018.

_____. **45-II Annuaire IDI**, 2001. Disponível em: <http://www.idi-iil.org/app/uploads/2017/05/4025-45B-OCR-min.pdf>, acessado em 17.05.2018.

_____. **II Annuaire IDI**, 1952. Disponível em: http://www.idi-iil.org/app/uploads/2017/05/4025-44B_OCR-min.pdf, acessado em 18.05.2018.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinarietà e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JENKS, C. W. **Unanimity, the Veto, Weighted Voting, Special and Simple Majorities and Consensus as Modes of Decision in International Organizations**, *Cambridge Essays in International Law – Essays in Honour of Lord McNair*, Londres, Stevens/Oceana, 1965.

JESSUP, Philip C. **Parliamentary Diplomacy: an Examination of the Legal Quality of the rules of Procedure of Organs of the United Nations**, 89 *Recueil des Cours de l'Académie de Droit international* (1956).

_____. **Direito Transnacional**. Tradução Carlos Ramires Pinheiro da Silva. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1965.

JOAQUIM, Dualde. **Una revolución en la lógica del derecho**. Barcelona: Bosch, 1993.

JOHNSON, Robert. **We, a chave da psicologia do amor romântico**. São Paulo: Mercuryo, 1987.

JUNG, Carl. **Collected Works**. Princeton University Press; Edição: Revised. 1976.

KANTOROWICZ, Hermann. **Der Kampf um die Rechtswissenschaft**. Heidelberg, 1906.

KAPLAN, M. A. e KATZENBACH, B. **Fundamentos Políticos do Direito Internacional**, Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

KASME, Badr. **La capacité de l'Organisation des Nations Unies de conclure des traités**; Paris, L.G.D.J., 1960.

KELSEN, Hans. **Allgemeines Staatslehre**, Bibliolife DBA of Bibilio Bazaar II LLC, 2013, 302p.

_____. **Contribution à la théorie du Traité International**, in *Révue Internationale de la Théorie du Droit*, vol. X , 1936.

_____. **Das Problem der Souveränität und die Theorie des Volkerechts**, 1920.

_____. **Der Soziologische und der Juristische Staatsbegriff**. Tübingen, 1922.

_____. **General Theory of Law and State**. Harvard University Press, 1945.

_____. **Hauptprobleme der Staatsrechtslehre**, 2^a.ed. Tübingen, 1923.

_____. **Law and Peace in Internacional Relations**. Harvard University Press, 1942.

_____. **The Law of the United Nations**, 1950.

_____. **The Legal Process and International Order**. Londres, 1935.

_____. **Théorie du Droit International Public**. 84 *Recueil des Cours*, 1953.

_____. **Théorie Générale du Droit International Public**, in *Recueil des Cours*, vol. 42, 1932, IV.

KEVELSON, Roberta. **Peirce's method of methods**. John Benjamins Publishers, 1987. Originalmente escrito em 1984.

_____. **The Law as a System of Signs**. Plenum Press, 1988.

KOLB, R. **De la prétendue discrétion de la Cour internationale de Justice de refuser de donner un avis consultatif**, in *The International Legal System in Quest of Equity and Universality — Liber Amicorum G. Abi-Saab* (eds. L. Boisson de Chazournes and V. Gowlland-Debbas), Haia, Nijhoff, 2001.

KORKUNOV, **General Theory of Law** (Hastings' transl.), 2ª Ed, Nova York: The Macmillan company, 1922.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil no contexto da história ocidental**. 8 Ed. ver., São Paulo: Atual, 2003.

KOSKENNIEMI, Martti. **From apology to utopia**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

KRISTEVA, Julia. **Semiótica 1 e 2**. Editora Editorial Fundamentos, 1981, 270p.

KUNZ, Joseph. **The Vienna School and International Law**. Nova York, 1943.

L. B. Sohn. **The Development of the charter of the United Nations: the Present State**. *The Present State of international Law and Other essays* (International Law Association Centenary 1873-1973), Deventer, Kluwer, 1973.

LACHS, Manfred. **The Development and General Trends of International Law in Our Time**. General Course in Public International Law. 169 RCADI (1980).

_____. **Some Reflections on the Nationality of Judges of the International Court of Justice**. 4 Pace Y.B. Int'l L. 1992.

_____. **THE TEACHER IN INTERNATIONAL LAW**, 2ª Ed., 1987.

LAFER, Celso. **Ruy Barbosa, 170 anos: dimensões da atualidade do seu legado**. Palestra proferida na Academia Brasileira de Letras, 04.04.2019. Disponível em: <http://diplomattizando.blogspot.com/2019/05/o-legado-e-atualidade-de-ruy-barbosa.html?m=0>, acessado em 13.05.2019.

LAFERRIÈRE, E. **Traité de la Juridiction Administrative et des recours contentieux**, Vol. I, Paris, 1887.

LAGO, Laurenio. **Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal**. Dados Biográficos 1828-1978. Editora Biblioteca do Exército, 1978.

LASKI, Harold. **Authority in the Modern State**. Cambridge, MA: Archon Books. (Originalmente publicado em: 1913) 1969.

LATTES. **Antônio Augusto Cançado Trindade**. Disponível: <http://lattes.cnpq.br/3240337461206908>, acessado em 06.10.2018.

_____. **José Francisco Rezek**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0567835718031981>, acessado em 30.09.2018.

LAUFENBURGER, Henry. **L'intervention de l'État en matière économique**, Paris : Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1939.

LAURENT, François. **La féodalité et l'Église**, Forgotten Books, 2018, 650p.

LAUTERPACHT, H. **The Function of Law in the International Community**, Oxford: At the Clarendon Press, 1933.

_____. **Recueil des Cours**, vol. 62, 1937.

LE FUR, Louis. **Les grands problèmes du droit**. Paris, Recueil Sirey, 1937, 623p.

_____. **Précis du Droit International Public**. Paris, 1937.

LEAL, Aurelino. **Tratado teórico e prático da Constituição**, vol. 1, 1925.

LEONHARD, **Methods Followed in Germany by the Historical School of Law**, 7 Col. L. Rev., 1907.

LESSA, Pedro. **Do Poder Judiciário**, Editora: Francisco Alves, 1915.

LIEBER, Francis. (1839) **Legal and Political Hermeneutics**. St. Louis: G. I. Jones, 1963.

Liga das Nações. **Records of the first Assembly**, Plenário, 01.11.1920.

_____. **PROTOCOLO DE ASSINATURA DA CORTE PERMANENTE DE JUSTIÇA INTERNACIONAL**, 16 de dezembro de 1920.

LIGHTWOOD, **The Nature of Positive Law**, Kessinger Publishing, 2008.

LIMA, Sergio Eduardo Moreira. **Imunidade Diplomática – Instrumento de Política Externa: Defesa do Direito Internacional em momento difícil da história**, Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2004.

_____; ALMEIDA, Paulo Roberto. **Rui Barbosa e o Direito Internacional**. Correio Braziliense, 14.07.2016. Disponível em: <http://diplomattizando.blogspot.com/2016/07/rui-barbosa-e-o-direito-internacional.html>, acessado em 13.05.2019.

LINHARES, José. **Ata da sessão especial em 9 de maio de 1951**, em homenagem ao exmo. Sr. Ministro, Philadelpho Azevedo. Diário da Justiça, ano XXVI, nº 105, 10 de maio de 1951. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastasMinistros/PhiladelphoAzevedo/Discursos/Homenagem/1951_maio_10.pdf, acessado em 03.09.2018.

LISSITZYN, O.J. **The International Court of Justice**, 1951.

LITT, Theodor. **Das Allgemeine im Aufbau des geisteswissenschaftlichen Erkenntnis** (Ber. d. Sächs. Akademie d. Wiss, 93, 1, 1941).

LLORET, Jaume F. **Responsabilidad Internacional del Estado y Derechos Humanos: estudios de la práctica relacional e institucional**. Madrid: Tecnos, 1998.

LÓPEZ MARTIN, AA.G. **La Codificación del Derecho Internacional em el Umbral del Siglo XXI: Luces y Sombras em la Labor de la CDI**, 15 *Anuario del Instituto Hispano-Luso-Americano de Derecho Internacional* (2001).

LUHMANN, Nicklas. **Social Systems**, Stanford University Press, 1995, 627p.

MACKENZIE, Ruth, SANDS, Philippe. **International Courts and Tribunals and the Independence of the International Judge**. 44 Harv. Int'l L.J, 2003.

MAFRE, Jean-Jacques. **A vida na Grécia clássica**. São Paulo: Jorge Zahar, 1989.

MAGALHÃES, Lucia Maria Azevedo *et al.* **Teorias da personalidade em Freud, Reich e Jung**. Coordenação de Clara R. Rappaport. São Paulo: EPU – Pedagógica Universitária, 1984.

MAINE, **International Law**, Lecture II (Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/19th_century/int02.asp, acessado em 20.04.2019).

MAKITA, Yakoto. **Introductory Observations on the History of the Evolving International Judicial Institution**. Revisão de livro de Shoichi Sekino, Tóquio, 2000.

MALEFICARUM, Malleus. **Rosa dos Tempos**. Rio de Janeiro: 1991.

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano**. Editora Saraiva, 1995.

MARTENS, Georg Friedrich. **Du droit des Gens Moderne de L'Europe fondée sus les traites et les usages**, Guillaumin et Companie Libraries, 2ª Edição, Paris, 1864.

MARTINET. **Elementos de linguística geral**, 1978.

MARUYANA, M. **Paradignatology and its Application to Cross-disciplinary, Cross-professional, and Cross-cultural Communication**. Dialectica, 1974.

MCNAIR, Arnold Duncan. **The Law of treaties**. Oxford, Clarendon Press, 1961.

MCNAIR, Lord. **Treaties and Sovereignty, Symbolae Verzijl** (apresentada ao Professor J. H. W. Verzijl na ocasião de seu 70º aniversário), Haia, M. Nijhoff, 1958.

MCWHINNEY, Edward. **Law, politics and “regionalism” in the nomination and election of world court judges**. 13 Syracuse J. Int'l L & Com. 1 (1986).

MEAD, Margareth. Money & Tucker, **Os papéis sexuais**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

MELLO, Celso D. De Albuquerque. **Curso De Direito Internacional Público**. 15ª Edição, Editora Renovar, 2004.

MENEZES, Antônio Bôtto de. **Discurso de Recepção do Cônego Francisco Lima na Cadeira 31 da Academia Paraibana de Letras**. João Pessoa: A União, 1965.

MENEZES, Nazaré. **Rui Barbosa**. Rio de Janeiro, 1965.

MENEZES, Wagner. **A ONU e o Direito Internacional Contemporâneo**. In: Os Desafios do Direito Internacional Contemporâneo. Organizador: Antônio Paulo Cachapuz de Medeiros. Brasília, FUNAG, 2005.

_____. **Derecho internacional em América Latina**. Brasília: FUNAG, 2010.

_____. **International Law in Brazil** in *Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional*. Ano CIII, jul/dez de 2017, nº125-130, V. 103. Edição Comemorativa. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.

_____. **Ordem Global e transnormatividade**. Editora Unijuí, 2005.

_____. **Tribunais Internacionais: jurisdição e competência**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Phenomenology of perception**. Motilal Banarsidass Publishe, 1996.

MERRYMAN, John Henry; PÉREZ-PERDOMO, Rogelio. **The Civil Law Tradition. An Introduction to the Legal Systems of Europe and Latin America**. 3ª Edição. Universidade de Stanford, Califórnia. 2007.

MIALHE, Jorge Luís. **O Reconhecimento de Beligerância no Projeto de Código de Direito Internacional Público de Eptácio Pessoa** in FILHO, Marcílio Toscano Franca; MIALHE, Jorge Luís; JOB, Ulisses da Silveira (ORGS.). *Eptácio Pessoa e a Codificação do Direito Internacional*. Sergio Antônio Fabris Editor. Porto Alegre. 2013.

MIELE, A. **La Comunità Internazionale**, vol. I, 3ª Ed., Torino, Giappichelli, 2000.

MILL, John Stuart. **Sistema de Lógica Dedutiva**, 1843 in *Os Pensadores*, 2ª Edição, Abril Cultural, São Paulo, 1979, págs. 81-257.

MIRANDA, Pontes de. **Comentários à Constituição de 1967**, vol. 3, Editora RT, 1969.

_____. **Direito Internacional Privado**, vol. 1, Rio de Janeiro, J. Olympio, 1935.

MONACO, R. **Fonti e Pseudo Fonti del Diritto Internazionale**, 61 *Rivista di Diritto Internazionale* (1978).

_____. **Réflexions sur la théorie des sources du Droit International**, in *Theory of International Law at the Threshold of the 21st Century – Essays in Honour of K. Skubiszewski* (ed. J. Makarczyk), The Hague, Kluwer, 1996.

MONTORO, André Franco. **Lógica jurídica – uma ferramenta para o jurista**. In: Direito, cidadania e justiça, São Paulo: RT, 1995.

MOREAU-REIBEL, J. **Le Droit de société interhumaine et le ‘jus gentium’ : Essai sur les origines et le développement des notions jusqu’à Grotius**, 77 *Recueil des Cours de l’Académie de Droit International de La Haye* (1950).

MORRIS, Charles. **Writings on the General Theory of Signs**, Mouton, The Hague, 1971.

MOSLER, H. **Réflexions sur la personnalité juridique en Droit international public**, *Mélanges offerts à Henri Rolin – Problèmes de droit des gens*, Paris, Pédone, 1964.

MOUNIN, Georges. **Ferdinand de Saussure**, Seghers, 1968.

_____. **Introduction à la sémiologie**, Editora Le sens commun, 1986.

MUSKAT, Malvina. **Consciência e identidade**. São Paulo: Ática, 1986.

Nações Unidas. **Biografia de Antônio Augusto Cançado Trindade**. Disponível em: http://legal.un.org/avl/pdf/ls/Cancado-Trindade_bio.pdf, acessado em 06.10.2018.

NALINI, José Renato. **A formação da vontade judicial: fatores legais, sociais e psicológicos**. In: Revista do Supremo Tribunal Federal, *Lex*, mar. 1997.

_____. **A insurreição ética do juiz brasileiro**. In: Revista Lex, jan. 1996.

_____. **O juiz, o mundo exterior e a produção da justiça**. In: Revista dos Tribunais, São Paulo: RT, jul. 1994.

_____. **O magistrado e a comunidade**. In: Revista dos Tribunais, São Paulo: RT, maio, 1991.

_____. **Recrutamento e preparo dos juízes**. São Paulo: RT, 1992.

NAVA, Pedro. **Chão de Ferro**. Companhia das letras. 1976.

NEGULESCO, **L'évolution de la procédure des avis consultatifs**, in *Recueil des Cours*, V. 57.

NETTO, Coelho. **Semiótica, informação e comunicação: diagrama da teoria do signo, Semiótica, informação e comunicação: diagrama da teoria do signo**, São Paulo, Brasil: Editora Perspectiva, 1980.

NEUMANN, Erich. **História da origem da consciência**. São Paulo: Cultrix, 1995.

NIBOYET, Manuel de **Droit International Privé**, Librairie du recueil Sirey, 1928.

NICHOLS, Sallie. **Jung e o tarô, uma jornada arquetípica**. São Paulo: Cultrix, 1991.

NOGUEIRA. **Direito e linguagem: o processo interpretativo jurídico sob uma perspectiva semiótica**, 2013.

Nova York. Assembleia Geral da ONU. **Resolução 264 (III)**, 08 de outubro de 1948. Disponível em: [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/264\(III\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/264(III)), acessado em 26.05.2018.

Nova York. ONU. **13ª UNCIO**. 1945. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1300969/files/UNIO-Volume-13-E-F.pdf>, acessado em 27.05.2018.

NUNES, José de Castro. **Alguns homens do meu tempo: memórias e impressões**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1957.

NYS, E. **The Development and Formation of International Law**, 6 *American Journal of International Law* (AJIL) (1912).

OLIVEIRA, Alex S. **Justiça como valor estético**. Apresentação no 16º Congresso Brasileiro de Direito Internacional, 2018.

_____. **Direito Internacional, Semiótica e Linguagem**. Revista do Curso de Direito da FSG, n. 21 (2017). Disponível em: <http://ojs.fsg.br/index.php/direito/article/view/2595>, acessado em 01.12.2018.

OLIVEIRA, Ian S. **3 2 1... “I”: Rational beyond Irrational far beyond Loaded Void**. Pôster apresentado no *XI International Brazilian Meeting on Cognitive Science* na Escola de Comunicações e Artes da USP, 2017.

ONU. **Anuário da Comissão de direito Internacional**, v. 2, 1970.

_____. Assembleia Geral. **Regras de Procedimento da Assembleia Geral**, setembro de 2007. Disponível em:

<http://www.un.org/depts/DGACM/Uploaded%20docs/rules%20of%20procedure%20of%20ga.pdf>, acessado em 15.05.2018.

_____. Assembleia Geral. **Resolução 40/32**, de 29 de novembro de 1985, e Resolução 40/146, de 13 dezembro de 1985. Disponível em: www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/IndependenceJudiciary.aspx, acessado em 22.05.2018.

_____. **Basic Principles on the Independence of the Judiciary**. 7º Congresso da ONU sobre a Prevenção de Crime e Tratamento de Infratores, 1985.

_____. **COMITÊ EXECUTIVO – 2º Comitê**, Summary Record 5. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/1300969/files/UNIO-Volume-5-E-F.pdf>, acessado em 20.04.2019.

_____. **CONVENÇÃO DE VIENA SOBRE DIREITO DOS TRATADOS DE 1969**, 23.05.1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7030.htm, acessado em 09.04.2018.

OPPENHEIM. **La clause de la nation la plus favorisée dans la pratique internationale de la Suisse**, Thèse, Genève, 1948.

PADILHA, Ezequiel. **Foreign Affairs**, outubro de 1942.

PAIS, Cidmar Teodoro. **Algumas reflexões sobre os modelos em linguística**, FFLCH/USP, SP, ano 11, v. 9, 1980.

_____. **Conceptualisation, information, signification, production du sujet**. In: Acta semiotica et linguística (Revista Internacional de Semiótica e Linguística), v. 5. 2.^a impressão. São Paulo, Global, 1985.

_____. **Conditions semantico-syntaxiques et sémiotiques de la productivité systémique, lexicale et discursive**. Thèse présentée à l'Université de Paris-IV pour l'obtention du grade de Docteur d'État-ès-lettres, 1993.

PAIVA, Vera. Evas, Marias, Liliths. **A volta do feminino**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PARDELLAS, Carlos Alberto Pessoa. **Epitácio Pessoa: Na Europa e no Brasil**. Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG). Brasília, 2018.

PARRY, Clive. The Treaty-Making Power of the United Nations, 26 *British Yearbook of International Law* (1949).

PAYCHÈRE, François. **Théorie du discours juridique**, thèse soutenu publiquement pour le Doctorat à l'Université de Paris-II, 1990.

PEASLEE, A. J. **Consitutions of Nations**, Editora Springer, 1907.

PEIRCE, Charles S. **How to Make our Ideas Clear and The Fixation of Belief in**, V THE COLLECTED PAPERS OF CHARLES SANDERS PEIRCE at 5.384. C. HARTSHORNE & P. WEISS EDS. 1934.

_____. **A Fixação da Crença**, 1877. Tradução de Anabela Gradim Alves, Universidade da Beira Interior, págs 1-15. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/peirce-charles-fixacao-crenca.pdf>, acessado em 21.04.2019.

_____. **Evolutionary Love**, publicado no The Monist, vol. 3, pp. 176-200 (1893).

_____. **Letters to Lady Welby**, SS 83, 1908.

_____. **Logics of Relatives**. Collected Papers, 1892.

_____. **Manuscripts**. Disponível em: https://hollisarchives.lib.harvard.edu/repositories/24/archival_objects/1796643, acessado em 21.04.2019.

_____. **Microfilm collection: 30 reels of manuscript, with R. Robins's Annotated Catalogue**. Amherst: University of Massachusetts Press, 1967.

_____. **The Essential Writings**. Editado por Edward C. Moore. Editora Prometheus Books. Nova York. 1998.

_____. **Collected Papers of Charles Sanders Peirce**. Harvard University Press, 1974.

PERELMAN, Chaim. **À propos de la règle de droit-réflexions de méthode**. In : *La règle de droit*. Bruxelas, Établissements Émile Bruylant, 1971.

_____. **L'empire rhétorique: rhétorique et argumentation**, 1966.

_____. **Cours de logique: logique formelle et théorie de l'argumentation**, 1966.

PERSONNAZ, J. **La réparation du Préjudice au droit International Public**, Paris, 1938.

PESSOA, Epitácio. **Introdução ao Código de Direito Internacional Público**, pág. VI *apud* GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. Epitácio Pessoa (1865-1942). Edição ilustrada. 2º Vol. Editora: Livraria José Olympio, 1951.

PHILLIMORE, Lord. **Droit et devoirs fondamentaux des États**. 1 R.C.A.D.I (1923).

_____. **Procès-Verbaux of the proceedings of the Advisory Committee of Jurists**, 24º Encontro, 14 de julho de 1920. Disponível em: <https://archive.org/details/procsverbauxof00leaguoft>, acessado em 26.05.2018.

PLUCKNETT, Theodore F. T. **Statutes and Their Interpretation in the First Half of the Fourteenth Century**. Preface by H. D. Hazeltine. Cambridge: Cambridge University Press, 1922.

POLITIS, Nicolau. **Les nouvelles tendances du Droit International**, Hachette, 1927, 249p.

POTTER, Vincent. **Peirce's Analysis of the Normative Sciences**. In *Transations of the Charles S. Peirce Society*, vol. 2, nº 1, 1966.

POUND, Roscoe. **An Introduction to the Philosophy of Law**. New Haven: Yale University Press, 1956 (originalmente publicado em 1922).

_____. **The Scope and Purpose of Sociological Jurisprudence**. I. Schools of Jurists and Methods of Jurisprudence. *Harvard Law Review*, Vol. 24, No. 8 (Jun., 1911).

PRADO, Lúcia Reis de Almeida. **O Juiz e a Emoção – Aspectos da Lógica da Decisão Judicial**. 6ª Edição. São Paulo, LTr, 2013.

RABEAU, G. **Species Verbum**, Paris, 1938.

RANGEL, Vicente Marotta. **Teoria Geral do Direito Internacional Público**. São Paulo: DIN, Faculdade de Direito da USP, 1986.

RANNAT, M. A. Abu. **Study of Equality in the Administration of Justice**, N. Y., United Nations, 1972.

RANSDELL, J. **Charles Peirce: the idea of representation**. Tese de doutoramento inédita. New York, Columbia University, 1966.

RIPERT, Georges. **La règle morale dans les Obligations civiles**, L.G.D.J, 1949, 424p.

REALE, Miguel. **A ética do juiz na cultura contemporânea**. In: Revista Forense, Rio de Janeiro, jan/mar, 1994.

_____. **Filosofia do Direito**. São Paulo, 1983.

Recueil Des Cours, Vol. 34, 1930.

REEVES, Emery. **A democratic manifesto**, Random House; Third Edition edition, 1942.

RETORTILLO Y TORNOS, Alfonso. **Apuntes para um estudio sobre la codificación del derecho internacional**. 2ª Ed. Madrid: Impre. De Fortanet, 1893.

REUTER, Paul. **La Convention de Vienne du 23 mai 1969 sur le droit des traités**, Paris, Armand Colin, 1970.

REZEK, José Francisco. **Direito dos tratados**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

_____. **Direito Internacional Público**. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 415p.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**, 1 ed. – Rio de Janeiro: Versal, 2017.

RIVIER, Alphonse. **Principes du droit des gens**, I, Paris, 1896.

ROMANINI, Anderson Vinícius. **Disciplina de pós-graduação Fundamentos da Semiótica**, ministrada na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, 2017.

RORTY, R. **Philosophy and the Mirror of Nature**, Princeton University Press, Anniversary Edition, 2008, 458p.

ROSENNE, Shabtai. **The International Court of Justice: An Essay in Political and Legal Theory**. Leyden: A. W. Sijthoff, 1957.

_____. 'The Contribution of the International Court of Justice to the United Nations' in *United Nations at 50 and Beyond* 123 (1996).

_____. *Lessons from the Past and Needs of the Future', Increasing the Effectiveness of the International Court of Justice* 466 (1997).

_____. *The Cold War and the International Court of Justice: A Review Essay of Stephen M. Schwebel's Justice in International Law*, 35 *Virginia J. Int'l L.* 101 (1995).

_____. *The Contribution of Latin America to the International Court of Justice*, 25 *Israel Yearbook on Human Rights* 49, 1995.

_____. *The Election of Five Members of the International Court of Justice in 1981*, 76 *AJIL*, 1982.

_____. *The Law and Practice of The International Court 1920-2005*, 4ª Edição, Martinus Nijhoff Publishers, Leiden, 2006.

ROSENSTOCK, Robert. *The Declaration of Principles of International Law Concerning Friendly Relations: A Survey*, 65 *American Journal of International Law* (1971).

ROUANET, Sérgio Paulo. *A razão cativa*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ROUGIER, Antoine. *La Théorie de l'intervention de l'Humanité* in *Revue Générale du Droit International Public*, vol. XXII, Paris, 1910.

ROUSSEAU, Carlos. *Revue du Droit Public*, 1930.

RUNES, Dagobert D. *DICTIONARY OF PHILOSOPHY*, 1983.

SAHOVIC, Milan. *Codification des principes du droit international des relations amicales et de la coopération entre les États*, 137 *Recueil des Cours de l'Académie de Droit international* (1972).

SAMORE, William. **The World Court Statute and Impartiality of the Judges**. 34 Neb. L. Rev. 1955.

SAMUELS, Andrew *et al.* **Dicionário crítico de análise junguiana**. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

SAMUELS, Andrew. **Jung e os pós-junguianos**. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

SANDER, Gerald G. **Brazilian Loans Case and Serbian Loans Case**. Junho 2014. Max Planck Encyclopedia of International Law, disponível em: <http://opil.ouplaw.com/view/10.1093/law:epil/9780199231690/law-9780199231690-e103>, acessado em 12.04.2019.

SANFORD, John A. **Os parceiros invisíveis**. São Paulo: Paulinas, 1987.

SANTAELLA, Lucia. **A assinatura das Coisas. Peirce e a Literatura**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

_____. **A Teoria Geral dos Signos – Como as linguagens significam as coisas**. Editora Pioneira. São Paulo, 2000.

_____. **Estética de Platão a Peirce**. 2ª Edição. Editora Experimento, 2000.

_____. **Metodologia Semiótica**. Fundamentos. Tese de Livre docência, ECA/USP, 1993.

_____. **Percepção: fenomenologia, ecologia e semiótica**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

São Francisco. Nações Unidas. **ESTATUTO DA CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA**, 20.10.1945. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/EstCortIntJust.html>, acessado em 18.02.2018.

_____. **CARTA DA ONU**, 24.10.1945. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm, acessado em 25.03.2018.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Course in General Linguistics**. Bungay, Suffolk 1981.

_____. **Cours de linguistique générale**, Editora Payot, 1995, 520p.

SAVAN, David. **An introduction to CS Peirce's Full System of Semiotic**. Toronto semiotic circle, Victoria College in the University of Toronto, 1988.

SAVIGNY, **Vom Beruf unserer Zeit für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft** (3 ed.), Nabu Press, 2012.

SCELLE, Georges. **Essai sur les sources formelles du droit international**, *Recueil d'études sur les sources du droit en l'honneur de François Geny*, vol. III, Paris, Rec. Sirey, 1934.

_____. **Some Reflections on Juridical Personality in International Law**, *Law and Politics in the World Community* (ed. G.A. Lipsky), Berkeley/L.A., University of California Press, 1953.

_____. **Cours de Droit International**, publ. Paris, 1948.

_____. **Manuel de droit international public**, 1948.

SCHACHTER, O. **The Development of International Law through the Legal Opinions of the United Nations Secretariat**, *25 British Year Book of International Law* (1948).

SCHILLER, Friedrich. Kallias ou da Beleza. **Cartas a Gottfried Körner in: Sämtliche Werke**. Munique, Carl Hanser, 7ª Ed., 1989.

_____. **Über die ästhetische Erziehung des Menschen**, in einer Reihe von Briefen. Disponível em: http://www2.ibw.uni-heidelberg.de/~gerstner/Schiller_Aesthetische_Erziehung.pdf, acessado em 12.08.2018.

SCHREUER, C. H. **Recommendations and the traditional Sources of International Law**, *20 German Yearbook of International Law*, 1977.

_____. **The Authority of International Judicial Practice in Domestic courts**. *23 International and Comparative Law Quarterly* (1974).

_____. **The Implementation of International Judicial Decisions by Domestic Courts**. *24 International and Comparative Law Quarterly* (1975).

SCHWEBEL, S.M. **‘Concluding Observations’**, *The Flame Rekindled: New Hopes for International Arbitration* 177, 179 (1994).

SCHWELB, E. **Some Aspects of international Jus Cogens as Formulated by the International Law Commission**, 61 *American Journal of International Law* (1967).

SCOTT, **The Project Relative to a Court of Arbitral Justice** (nº34) (1920).

SEGUCHI, Erika. **Os Prisioneiros de Guerra no Projeto de Código de Direito Internacional Público de Eptácio Pessoa** in FILHO, Marcílio Toscano Franca; MIALHE, Jorge Luís; JOB, Ulisses da Silveira (ORGS.). *Eptácio Pessoa e a Codificação do Direito Internacional*. Sergio Antônio Fabris Editor. Porto Alegre. 2013.

SEYERSTED, F. **Objective International Personality of Intergovernmental Organizations**, Copenhagen, 1963.

SFEZ, Lucien. **Crítica da Comunicação**. Tradução: Maria Stela Gonçalves e Adail Ubirajara Sobral. Editora Loyola. 2ª Edição, São Paulo, 2000.

SHERMAN, G. E. **Jus Gentium and International Law**, 12 *AJIL* (1918).

SHETREET, Shimon. **Judicial Independence: New Conceptual Dimensions and Contemporary Challenges**, in *JUDICIAL INDEPENDENCE: THE CONTEMPORARY DEBATE*, Shimon Shetreet & Jules Deschenes eds., 1985.

SHKLAR. Judith N. **Legalism**. Cambridge. MA: Harvard University Press, 1964.

SICHES, Luis Recaséns. **Nueva filosofía de la interpretación del derecho**. México: Porrúa, 1973.

_____. **Panorama del pensamiento jurídico en el siglo XX**. México: Porrúa, 1963.

SILVEIRA, Alípio. **Revista Forense 100 anos**, Rio de Janeiro, Forense, 2005.

SILVEIRA, Nise da. **Jung, vida e obra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SINCLAIR, M. **The Vienna Convention on the Law of Treaties**, Manchester, University Press/Oceana, 1973.

SKUBISZEWSKI, K. **A new source of the Law of Nations: Resolutions of International Organisations**, *Recueil d'études de droit international en homage à Paul Guggenheim*, Genebra, I.U. H. E. I., 1968.

SORENSEN, Max. **Les Sources du droit international**, Copenhagen, E. Munksgaard, 1946.

SOULIOTIS, Y. **La capacité des organisations internationales de conclure des accords d'après leurs actes constitutifs et la pratique**, 25 *Revue hellénique de droit international* (1972).

SOURIOUX, Jean-Louis; LERAT, Pierre, **Le langage du droit**, Presses Universitaires de France, 1975, 133p.

SOUZA, Janara; VARÃO, Rafiza. **Harold Lasswell: as contribuições do “paladino” do saber comunicacional**. Trabalho apresentado ao NP 01 – Teorias da Comunicação, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2006.

STF. AZEVEDO, Philadelpho. **Julgamento da Apelação Cível n. 7.872/RS**, em 11.10.1943. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595406&pgI=56&pgF=60>, acessado em 20.04.2019.

_____. **José Philadelpho de Barros e Azevedo**. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=116>, acessado em 31.08.2018.

SUAREZ, Francisco. **De Legibus tractatus**, Coimbra, 1601-1603.

SUH, Ro. **Voting Behavior of National Judges in International Courts**. The American Journal of International Law, Vol. 63, No. 2, Cambridge University Press, (Apr., 1969).

SUZANNE BASDEVA. **Les Fonctionnaires internationaux**, Paris, 1938.

SUY, Erik. **Les actes juridiques unilatéraux en droit international public**, Paris, LGDJ, 1962.

SWIGART, Leigh. **The “National Judge”: Some Reflections on Diversity in Internacional Courts and Tribunals**. 42 McGeorge L. Rev. 2010.

SZTUCKI, Jerzy. **Jus Cogens and the Vienna Convention on the Law of Treaties – A Critical Appraisal**. Viena, Springer-Verlag, 1974.

TEDESCHI, G. "Insufficiency of the Legal Norm and Loyalty of the Interpreter." **Proceedings of the Israel Academy of Sciences and Humanities** 1(3), 1967.

TENORIO, Oscar. **Direito Internacional Privado**, 1942, nº 61.

TERRIS, Daniel; ROMANO, Cesare P.R. & SWIGART, Leigh. **THE INTERNATIONAL JUDGE: NA INTRODUCTION TO THE MEN AND WOMEN WHO DECIDE THE WORLD'S CASES**, 2007.

TIAI. **Promotora v. Furundzija**, TIAI 1998.

TODOROV, Tzvetan. **Os gêneros do discurso**, Editora UNESP, 2018, 464p.

TRAVESSOR, Plínio de Freitas – Procurador Geral da República. **Ata da sessão especial em 9 de maio de 1951, em homenagem ao exmo. Sr. Ministro Philadelpho Azevedo**. Diário da Justiça, ano XXVI, nº 105, 10 de maio de 1951. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastasMinistros/PhiladelphoAzevedo/Discursos/Homenagem/1951_maio_10.pdf, acessado em 03.09.2018.

TROPER, Michel; GRZEGORCZYK, Christophe; MICHAUT, François. **Le positivisme juridique**, 1992.

TUNKIN, G. I. **The Legal Nature of the United Nations**, 119 *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International*, 1966.

_____. **Co-existence and International Law**. 95 *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International* (1958).

UERPMANN-WITZACK, Robert. **Mavrommatis Concessions Cases**. Março de 2013. Mas Planck Encyclopedia of Public International Law, disponível em: <http://opil.ouplaw.com/view/10.1093/law:epil/9780199231690/law-9780199231690-e168>, acessado em 12.04.2019.

URSUA, Francisco. **Derecho Internacional Público**, México, Editorial Cultura, 1938, 477p.

VALLADÃO, Haroldo. **Epitácio Pessoa – Jurista da Codificação Americana do Direito Internacional**. Rio de Janeiro: Luna, 1977.

_____. **História do Direito especialmente do Direito Brasileiro.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1980.

_____. **O Ensino jurídico na cidade do Rio de Janeiro. Novas dimensões do Direito: Justiça Social, Desenvolvimento e Integração.** São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 1970.

VAN PANHUYS, H. F. **The Role of Nationality in International Law.** Leyden: A. W. Sijthoff, 1955.

VARELA, F. Cognitive Science. **A Cartography of Current Ideas**, 1988 (Connaître. Les sciences cognitives, Seuil, 1989).

VATTEL, E. **Le droit des gens**, Livro II, 1758.

VENTURINI, G. **La portée et les effets juridiques des attitudes et des actes unilatéraux des États**, 112 *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International* (1964).

VERDROSS, Alfred. **Les principes généraux du droit dans la jurisprudence internationale**, 52 *Recueil des cours de l'Académie de droit international de La Haye* (1935).

Versalhes. ONU. **PACTO DA LIGA DAS NAÇÕES**, 28.06.1919. Disponível em: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/PACTO_DA_SOCIEDADE_DAS_NACOES.pdf, acessado em 26.05.2018.

VICENTINO, Cláudio. **História Geral.** São Paulo: Scipione, 2007.

VIGEVANI, Tullo. **Obstáculos e possibilidades para a governabilidade global.** NEVES, Carlos Augusto dos Santos et al. Governança Global reorganização da política em todos os níveis de ação, São Paulo, SP: Konrad-Adenauer-Stiftung, Centro de Estudos, 1999.

VINAIXA, R. Huesa. **El Nuevo Alcance de la 'Opinio Juris' en el Derecho Internacional Contemporáneo**, Valencia, Tirant lo Blanch, 1991.

VIOTTI, Dario Abranches. **O Conselheiro José Maria de Avelar Brotero.** Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/66743/69353>, acessado em 22.02.2018.

VIRALLY, Michel. **The Sources of International Law**, *Manual of Public International Law* (ed. Max Sorensen, Londres, MacMillan, 1968).

VISSCHER, Charles de. **De l'équité dans le règlement arbitral ou judiciaire des litiges de droit international public**, Paris, Pédone, 1972.

VISSER. **La clause de la nation la plus favorisée**, 4 Rev. Droit Int'l & Legis. Comp. (2d ser.) 159 (1902).

VITÓRIA, Francisco de. **De Jure Belli**, apêndice B do *The Spanish Origin of International Law: Francisco de Vitoria and his law of Nations* de J. B. Scott, The Lawbook Exchange, Ltd., 2000, 307p.

_____. **Os índios e o Direito da Guerra**. Tradução de Ciro Mioranza, Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

_____. **Second Relectio: On the Indians [De Indis] [1538-1539]**, Oxford/London, Clarendon Press/H. Milford, 1934.

WARAT, Luis A. **O amor tomado pelo amor**. São Paulo: Acadêmica, 1990.

WEHBERG, Hans. **The Problem of the International Court of Justice**. Oxford: At the Clarendon Press, 1918.

WELLS, Catharine P. **Legal Innovation Within the Wider Intellectual Tradition: The Pragmatism of Oliver Wendell Holmes, Jr.** *Northwestern University Law Review* 82, 1988.

WESTLAKE, **International Law**, I, Cambridge University Press, 1910.

WHITEMAN, M.M., **12 Digest of International Law** 1202 (1971).

WHITMONT, Edward C. **A busca do símbolo – conceito básicos de psicologia analítica**. São Paulo: Cultrix, 1995.

WIGMORE, John Henry. **A PANORAMA OF THE WORLD'S LEGAL SYSTEMS**, Editora: Wm Gaunt & Sons, 1992.

WILLKINSON, Elizabeth M.; WILLOUGBY, L. A. **Friedrich Schiller on the Aesthetic Education of Man**. Oxford: Clarendon Press. 1967.

WILLIAM w. Bishop, Jr. **Conditions of Admission of a State to Membership in the United Nations**. The American Journal of International Law Vol. 42, No. 4, Cambridge University Press, (Oct., 1948).

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tratado lógico-filosófico**, EESC; 3ª Edição, 2017, 280p.

WRIGHT, Quincy. **The Corfu Channel Case**. The American Journal of International Law Vol. 43, No. 3, Cambridge University Press, (Jul., 1949).

YASSEN, M. K. **L'Interprétation des traités d'après la Convention de Vienne sur le droit des traités**, 151 *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International* (1976).

ANEXOS

Epiácio Pessoa (1865-1942) com sua toga de Juiz Titular da Corte Permanente de Justiça Internacional, em Haia (Holanda), onde atuou entre 1923 e 1930. FOTO: Cortesia dos Arquivos da Liga das Nações (*League of Nations Archives/United Nations Office at Geneva, UNOG Library*), Palais des Nations, Genebra, Suíça. © Nações Unidas.

Delegação brasileira à Conferência da Paz de Versalhes. Sentados da esquerda para direita: comandante Armando Burlamaqui, Pandiá Calógeras, Epiácio Pessoa, Rodrigo Otávio, general Malan d'Angrogne, 1919. FOTO: Arquivo Epiácio Pessoa / Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Retrato em grupo dos membros da Corte Permanente de Justiça Internacional, Haia, 1925 (?). Epiácio Pessoa é o primeiro da esquerda para a direita. Entre os outros estão Bernard Loder, Max Huber, Charles Andre Weiss, Antonio Sánchez de Bustamante y Sirven, Didrik Nyholm, Rafael Altamira y Crevea, Yorozu Oda, Robert Finlay, Wang Chung Hui, Dionisio Anzilotti e Åke Hammarskjöld.

FOTO: Arquivo Epiácio Pessoa / Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

O Comitê Organizador da Liga das Nações em Versalhes, 1919. Em pé ao centro, Woodrow Wilson e Epiácio Pessoa sentado à direita, ao lado de Vittorio Emanuele Orlando, estadista italiano. FOTO: Arquivo Epiácio Pessoa/Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Retrato da reunião plenária da Corte Permanente de Justiça Internacional, Haia, 1925 (?). Epiácio Pessoa está sentado no canto à esquerda (abaixo, em detalhe ampliado). FOTO: Arquivo Epiácio Pessoa / Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Detalhe ampliado da imagem da página anterior

Foto: Philadelfo de Azevedo, professor do Colégio Pedro II. Juiz da CIJ de 1946-1951.

Fonte: Arquivo Nacional (número de acesso: BR_RJANRIO_PH_0_FOT_09917_007).

1ª Foto: Levi Fernandes Carneiro na Academia Brasileira de Letras. Juiz da CIJ de 1951-1955.

1ª Foto (Fonte: <http://www.academia.org.br/academicos/levi-carneiro/biografia>, em 10.04.2019). 2ª foto de Levi Fernandes Carneiro (Fonte: <https://culturanniteroi.com.br/blog/?id=2612&equ=mapadeartistas>, em 10.04.2019).

1ª Foto: José Sette-Câmara Filho como Ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

2ª Foto: José Sette-Câmara Filho como prefeito nomeado do Distrito Federal. Juiz da CIJ de 1979-1988.

1ª Foto. Fonte: Arquivo Nacional, 1959 (número de acesso: BR_RJANRIO_EH_0_FOT_PPU_01857_0006). 2ª Foto. Fonte: <http://www.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2015/11/sette.png>, acessado em 10.04.2019.

International Court of Justice (The Hague, NL), 26 Nov. 1984. Case: Nicaragua vs. USA. From left to right: Platon Dmitrijevitsj Morozov, José Sette Câmara Filho, Taslim Olawale Elias (president) and Manfred Lachs. By Rob Bogaerts (ANEFO) - Ga Het Na (Nationaal Archief NL, CC BY-SA 3.0, <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=37873952>

1ª Foto: foto oficial de José Francisco Rezek como juiz da Corte Internacional de Justiça (1996-2006).

2ª Foto: José Francisco Rezek como Ministro do Supremo Tribunal Federal.

1ª Foto. Fonte: <https://minionu15anosij2003.wordpress.com/2014/08/08/francisco-rezek/>,
 acessado em 10.04.2019. 2ª Foto. Fonte:
<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=32>, acessado em 10.04.2019.

1ª Foto: foto oficial de Antônio Augusto Cançado Trindade como juiz da Corte Internacional de Justiça (2009-).

2ª foto: Sessão da Corte Internacional de Justiça sobre o caso de Genocídio (Croácia v. Sérvia) em que o juiz Antônio Augusto Cançado Trindade aparece, da esquerda para a direita, na quarta posição.

1ª Foto. Fonte: <https://www.icj-cij.org/files/images/members-of-the-court-images/cancado.jpg>, acessado em 10.04.2019. 2ª Foto. Fonte: <https://tr.euronews.com/2015/02/03/adalet-divani-soykirim-yok-dedi>, acessado em 10.04.2019.